



Anais da Assembléia

Nº 82

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE MAIO DE 1997.

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 08: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

13ª LEGISLATURA

ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1997

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidetazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura das atas das sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 420/96, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 11.260/95, por uma sessão.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 160/97, de minha autoria, que autoriza a Secretaria de Estado da Saúde a realizar exames biométricos em alunos da rede pública de ensino.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1105

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar a Senhora Otília de Souza Ferrarine, cujo passamento se deu aos 75 anos de vida. Deixou viúvo o Senhor Paulo Ferrarine e 03 (três) filhos. Trata-se de uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos. Esta Casa reverencia sua memória, associando-se às manifestações de pesar, e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ivan Wolff Marques, ocorrido dia 17 de maio/97, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 17 de maio/97, faleceu, nesta Capital, com a idade de 57 anos, o Senhor Ivan Wolff Marques.

O desaparecimento de Ivan W. Marques veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este Parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Ivan.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Wolff Marques, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Fadanelli Madalosso, ocorrido dia 20/05/97, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 78 anos, faleceu, nesta Capital, dia 20.05.97, a Senhora Rosa Fadanelli Madalosso (Matriarca da Família Madalosso).

A extinta deixa viúvo o Senhor Antonio Domingos Madalosso, os filhos Roberto Carlos, Severino, Flora, Nelson, João e Helena, 23 netos e 04 bisnetos.

De tradicional família paranaense, Dona Rosa era muito estimada por todos. Seu passamento veio abrir enorme lacuna não apenas entre os familiares, mas entre o vasto círculo de amigos, incluindo este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as

mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Rosa.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Rosa Fadanelli Madalosso, e o seu cansaço não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Dona Rosa Fadanelli Madalosso, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz, merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará sua serva Rosa Fadanelli Madalosso sob sua constante proteção, para que renovada pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de D. Rosa Fadanelli Madalosso, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1162

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nesta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Raul Baglioli, no último dia 19 do corrente mês. O falecido era Procurador do Estado do Paraná, tendo ocupado cargos de Diretor Geral, Diretor Administrativo e Chefe da Seção Jurídica do Serviço de Assistência ao Servidor Público - SASP.

Raul Baglioli deixa viúva Maria de Lourdes Bergamini Baglioli, e o filho Raul Baglioli Filho, casado com Gilda Barrozo Baglioli.

Termos que pede referimento.
Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Para que se justifique o referido pedido, anexamos o Curriculum Vitae do Dr. Raul Baglioli. Nascido em Curitiba em 21.11.17, filho de João Baptista Baglioli e de Maria Giacomassi Baglioli.

De formação acadêmica: Perito Contador formado em 1939; Bacharel em Ciências Econômicas e Finanças em 1943 e Bacharel em Direito em 1964. Ocupou os cargos de Contador Chefe do Escritório da Companhia Antártica Paulista; Contador do Imposto de Renda, Chefe de Divisão de Indústria e Comércio da Secretaria do Trabalho e Assistência Social; Diretor Geral, Diretor Administrativo e Chefe da seção Jurídica do Serviço de Assistência ao Servidor Público - SASP e Procurador do Estado do Paraná.

Falecido em 19.05.97, deixa viúva a Senhora Maria de Lourdes Bergamini Baglioli. Era pai do Engenheiro Raul Baglioli Filho, casado com Gilda Barrozo Baglioli.

REQUERIMENTO Nº 1106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Itapejara d'Oeste, pela promoção e organização da I EXPOITA - 1ª Feira Agro-Industrial e Comercial de Itapejara d'Oeste.

Do aprovado requer ainda, que do presente se dê ciência à Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Itapejara d'Oeste, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Manoel Ribas, 620, 85.580-000 - Itapejara d'Oeste - PR.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A EXPOITA é a primeira exposição agro-industrial e comercial que é promovida em Itapejara d'Oeste, e foi realizada no período de 14 a 18 de maio próximo passado. O objetivo foi divulgar o comércio local, e as atividades agropecuárias, em especial a feira de suínos.

Queremos com os votos de congratulações, parabenizar pela iniciativa,

e incentivar a continuidade da Feira, beneficiando a população da região.

REQUERIMENTO Nº 1107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Rozimbo Peças, empresa situada no Município de Pato Branco, alusivos à comemoração de seus 36 anos.

Do aprovado requer ainda, que do presente se dê ciência aos Diretores Senhores Rozimbo Luiz Bianchi, Edson Luiz Bianchi e Luiz Carlos Bianchi, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Tupy, 2828 - CEP 85.501-970 - Pato Branco/PR.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Rozimbo Peças, vem servindo com dedicação à comunidade patobranquense há 36 anos. Queremos, com os votos de congratulações a este segmento do comércio, incentivar a continuidade de seus trabalhos, e valorizar a empresa perante a sociedade.

REQUERIMENTO Nº 1108

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações e aplausos à Comissão Organizadora da I EXPOITA, pela brilhante iniciativa de promover a I EXPOITA - 1ª Feira Agro-Industrial e Comercial de Itapejara d'Oeste.

Do aprovado, requer ainda, que do presente se dê ciência à Comissão Organizadora, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Manoel Ribas, 620 - CEP 85.580-000 - Itapejara d'Oeste - PR.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A EXPOITA é a primeira exposição agro-industrial e comercial que é promovida em Itapejara d'Oeste, e foi realizada no período de 14 a 18 de maio próximo passado. O objetivo foi divulgar o comércio local, e as atividades agropecuárias, em especial a feira de suínos.

Queremos com os votos de congratulações, parabenizar essa Comissão, pela brilhante iniciativa, que propiciará continuidade da Feira, beneficiando a população da região.

REQUERIMENTO Nº 1109

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - AEAPR, alusivos à comemoração de seu cinquentenário de fundação, no próximo dia 07 de junho de 1997.

Do aprovado requer ainda, que do presente se dê ciência à Diretoria da Associação, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Voluntários da Pátria, 475, 12º andar, cj. 1206 - CEP 80020-926, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná tem se destacado pelos relevantes serviços prestados à agropecuária paranaense, com sua presença marcante nas questões inerentes a política agrícola nacional, reivindicando em prol dos produtores rurais de nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 1113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao médico veterinário Severino Antunes Bezerra, alusivos aos relevantes serviços prestados à suinocultura no Estado do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Piratini, nº 1096, CEP 85900-970, Município de Toledo - PR.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de voto

de congratulações a Associação Brasileira de Zootecnistas - ABZ, representada no Estado do Paraná pela pessoa do Ilmo. Sr. Marcos Elias Traad da Silva, como Presidente daquela instituição, pela comemoração do dia do Zootecnista, comemorado no dia 13 de maio, e que o presente seja enviado para a Rua São Joaquim, 400, Jardim Botânico, Curitiba - PR, CEP 80210-330.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Senhor Tony Lee (Rua Augusto Stresser, 1345 - Hugo Lange - CEP 80040-310, Curitiba), dirigente da empresa "Seven Stars" - Comércio e Importação, e seus funcionários, pela inauguração que acontecerá no próximo dia 24 de maio, em Curitiba.

Dirigimos nossa homenagem e votos de absoluto sucesso à esta empresa, pois conhecemos o sacrifício do seu proprietário, um chinês, radicado em nosso País há mais de onze anos, que sempre com muita luta e responsabilidade, priorizou a qualidade do seu trabalho e especialmente a possibilidade de oferecer empregos aos brasileiros. Hoje, está inaugurando mais um empreendimento em nossa cidade, o qual sem dúvida, beneficiará mais alguns profissionais de Curitiba que encontravam-se desempregados.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1130

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER consignar nos Anais desta Assembleia Legislativa, o aplauso deste Poder à Jornalista Silvana Porto (Rua 13 de Março, 18 - Sumaré - Paranavaí / PR, CEP 87720-000), pela criação e veiculação do informativo Saúde em Foco, que se constitui numa publicação especializada à área médica e aos usuários de consultórios, gabinetes e outros espaços médico-hospitalares.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A jornalista Silvana Porto, criou o informativo "Saúde em Foco", dirigido à classe médica, e que é literatura já habitual encontrável nos consultórios médicos e em vários outros espaços da área de saúde de Paranaíba e de toda a região de abrangência.

Trata-se de trabalho de elevado nível, que demonstra a competência e determinação dessa jornalista, a qual merece o registro desta Casa, pois o resultado desse trabalho beneficia toda a população paranaense do pedaço do Paraná que é a região de Paranaíba.

REQUERIMENTO Nº 1132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de congratulação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na pessoa de seu Presidente Dr. Artagão de Mattos Leão, pela passagem neste dia 02 de junho, dos 50 anos daquela instituição.

São 50 anos de fiscalização peregrina da coisa pública, cujos princípios foram pinçados da própria história das Cortes de Contas de todo o mundo. Das contribuições gregas e romanas ao modelo canadense de auditoria moderna; do Tribunal Imperial do Brasil de 1824 ao Tribunal de Contas de 1890; do insigne paranaense Manoel Francisco Correia, filho de Paranaíba e primeiro Presidente do Tribunal de Contas da União, aos ilustres Conselheiros que hoje acompanham a condução daquela Instituição. Tudo contribuiu para o desenvolvimento de um órgão de fiscalização eficiente e dinâmico - dado ao constante aperfeiçoamento das ações e para a solidificação institucional de um colegiado independente e atuante, como o Tribunal de Contas paranaense.

Dentro de suas competências, o TC tem buscado na informação, por intermédio dos mais diferenciados meios de comunicação, a informação de sua história, na luta incessante e implacável contra a corrupção e o mau uso do dinheiro público.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pela passagem do cinquentenário de fundação da instituição.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao Senhor Conselheiro Artagão de Mattos Leão, Presidente daquela Corte de Contas, para que receba e cumprimente efusivamente todos os Senhores Conselheiros, Auditores, Procuradores, funcionários, colaboradores, e em especial os ex-Conselheiros, em nome do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Criado pelo Decreto-Lei nº 627, de 02 de junho de 1947, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, comemora dia 02 de junho próximo, o seu cinquentenário de existência.

O voto de congratulações e aplausos se impõe, prestigiando aquele colendo Tribunal desde seu primeiro Presidente Dr. Raul Vaz, passando por Daniel Borges dos Reis, Brasil Pinheiro Machado, Antonio Ferreira Rüppel, Leônidas Hey de Oliveira, João Feder, Nacim Bacila Neto, Raul Viana, José Isfer, Cândido Manuel Martins de Oliveira, Armando Queiroz de Moraes, João Olivir Gabardo, João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, Rafael Iatauro, Nestor Baptista, até o atual Presidente Conselheiro Artagão de Mattos Leão.

A classe política não pode perder a perspectiva de que a administração pública deve ser voltada para a causa da população, sem fugir da rigorosa aplicação da lei.

Devemos assinalar que a passagem do cinquentenário do nosso Tribunal de Contas, é motivo de orgulho para todos os paranaenses pelo que representa a nível nacional, inclusive na esfera internacional, principalmente como modelo de visão administrativa.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem se constituído em modelar instituição para as outras unidades da Federação.

Pelo desempenho que vem apresentando, o Tribunal de Contas do Paraná contribui não só para a aplicação de justiça de contas, mas principalmente

fazendo-o com a agilidade que a sociedade espera.

Além do trabalho inerente às suas atribuições, o Tribunal de Contas vem prestando ao longo de seus 50 anos, um exemplar serviço à sociedade, mercê a grande capacidade de seus integrantes e a visão da colenda direção.

Nesta significativa data do seu cinquentenário, orgulha-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná em associar-se às homenagens que merecidamente serão prestadas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no dia em que lhe é consagrado.

REQUERIMENTO Nº 1144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Folha de Londrina, pelas inovações introduzidas pela direção da empresa, a partir da edição de 25 de maio do corrente.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Um jornal originariamente local, depois regional e num terceiro momento estadual, criado pelo empreendedor e incansável João Milanez, é hoje um dos maiores motivos de orgulho para quem é de Londrina, e para todo o Paraná. Pautando-se pela ética, pela prática de um jornalismo sério e compromissado com a verdade dos fatos, a Folha de Londrina está entre os maiores jornais brasileiros. E agora inicia uma nova estratégia editorial, circulando com duas edições diárias, uma de caráter estadual e outra para Londrina e o Norte do Paraná. Com apresentação gráfica do nome diferenciada, o restante do Estado passa a ler a Folha do Paraná, em edição tão esmerada quanto a de Londrina propriamente dita. O padrão de qualidade é o mesmo, já que é a mesma equipe a fazer os dois jornais, sob a mesma competente direção da sede em Londrina. A sucursal da "Folha" em Curitiba, ganhou mais espaço e seus leitores, mais informações. Vários cadernos, neste novo momento do veículo, garantem ao leitor o acesso a tudo o que é notícia e à prestação de serviço que pode representar a diferença de um para outro veículo. Através deste voto de congratulações, saudamos todos os profissionais da Folha de Londrina e

da Folha do Paraná, certos de que esta iniciativa terá o respaldo do leitor, o cidadão para quem, em última instância, vive o jornalismo feito pela grande empresa fundada pelo desbravador Milanez.

REQUERIMENTO Nº 1149

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Sra. Lindacir Zuchello, pela dedicação e carinho que tem dispensado às pessoas que vivem ao seu redor. Nasceu aos 27.06.1940, casada com o Sr. Máximo Zuchello, tem 03 (três) filhos e netos. É muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos. Trata-se de uma senhora que ao longo de sua vida tem beneficiado muitas pessoas, sempre com muito amor e desprendimento, praticando a verdadeira caridade. Através da Sra. Sônia Renata dos Santos, a qual nos procurou, relatando-nos os inúmeros auxílios que ela e seu filhinho vêm recebendo dessa generosa senhora, é que, por meio deste voto de louvor, pedimos que fique registrado nos Anais desta Casa de Leis, todo o reconhecimento e gratidão que ela sente pela Sra. Lindacir Zuchello. Exemplos como este merecem exaltação, motivo pelo qual nos somamos nesta homenagem de agradecimento, desejando muitas felicidades à homenageada, extensivos aos demais Pares desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1155

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Osvaldo Pacheco e Dulce Ferreira Pacheco, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais

forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Pedro Vieira e Maria de Jesus Vieira, que completou 50 anos de união conjugal em 03/05 do corrente, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1157

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Maria Dubeski Zavaski e Pedro Zavaski, que completará 50 anos de união conjugal em 07/06 do corrente, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos

os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1158

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Luci Graciano e Oscar Kopes, que completou 25 anos de união conjugal em 31/12/96, celebrando "Bodas de Prata". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1156

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Gabriel Keppe e Sueli Maria Keppe, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Prata". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com

muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1111

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Deni Schwartz, DD. Secretário Estadual dos Transportes, solicitando a recuperação asfáltica da PR-488, que liga o Município de Vera Cruz do Oeste à BR-277, numa extensão de 11 km.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A rodovia PR-488, é o principal acesso do Município de Vera Cruz do Oeste à BR-277, sendo que o seu precário estado de conservação vem trazendo enormes prejuízos à população em geral, dificultando o escoamento da safra, principal atividade econômica do município, bem como colocando em perigo a vida das pessoas que por ela trafegam, motivos que nos leva a elaborar a proposição e solicitar o urgenciamento na execução dos reparos.

REQUERIMENTO Nº 1112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Exmo. Sr. Deni Schwartz, Digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando a destinação de vigas de concreto, visando a construção de uma ponte sobre o Rio Jacutinga, na comunidade de Linha 32, Município de Vera Cruz do Oeste.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de importante obra para a comunidade de Linha 32, valendo sa-

liantar que no local onde será edificada, já foi providenciada a construção das cabeceiras, cuja ponte tem vão de 12 metros.

A sua construção permitirá com mais facilidade o escoamento dos produtos produzidos na localidade, beneficiando sobremaneira aquela comunidade, razão que nos leva a solicitar especial atenção daquela Secretaria, no sentido de urgenciar a destinação de vigas de concreto, necessárias para a efetivação da obra.

REQUERIMENTO Nº 1161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Exmo. Se. Elizeu Padilha, Digníssimo Ministro dos Transportes, solicitando urgência na liberação de recursos visando a continuidade das obras de duplicação da BR-277, no trecho entre os Municípios de Santa Terezinha de Itaipu e Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

As obras de duplicação da BR-277, no trecho acima, estão sendo paralisadas pela falta de pagamento à Construtora Ivaí, responsável pela sua execução.

Segundo informação, a empresa já dispensou 200 funcionários, mantendo apenas 40, que estão trabalhando na construção do viaduto que dará acesso ao bairro Três Lagoas, em Foz do Iguaçu.

O total da rodovia a ser duplicada é de 21 km, mas apenas 9 já foram concluídos, e o crédito da empreiteira junto ao governo federal é de R\$ 427 mil, a qual não recebe desde dezembro do ano passado, prejudicando assim o andamento da obra, uma vez que a empresa afirma não ter condições de mantê-la em andamento.

Diante do exposto, e pela importância dessa obra para a região e o Paraná, torna-se imprescindível o apoio e empenho do Ministro Elizeu Padilha, no sentido de gerenciar junto aos órgãos competentes, o repasse de recursos àquela pasta, visando o pagamento das faturas atrasadas à empreiteira, proporcionando dessa forma condições para que a mesma dê continuidade à duplicação.

REQUERIMENTO Nº 1095

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de se proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação", no Município de Boa Ventura de São Roque.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Município de Boa Ventura de São Roque, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação", trecho que liga a sede do município à PR-460, passando pela localidade de Cristo Rei, com aproximadamente 12 (doze) quilômetros.

Essas estradas, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número de alunos às Escolas, e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação, para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 1099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado, solicitando a instalação de um escritório de atendimento do IPE - Instituto de Previdência do Estado, na Cidade de Assaí, inclusive para marcação de consultas.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, Senhor Presidente, objetiva minorar as dificuldades enfrentadas pelos previdenciários do IPE residentes no Município de Assaí e cidades circunvizinhas, pois toda vez que os mesmos necessitam dos préstimos do Instituto, são obri-

gados a se deslocar por mais de 45 quilômetros, dependendo de mais de um ônibus interurbano para chegar a Londrina ou Cornélio Procopio, onde existem postos de atendimento.

Muito embora, em caso de marcação de consulta exista o sistema via telefone, há que se pensar que são inúmeras as situações em que os serventúrios necessitam de serviços e orientações da Previdência do Estado. Não é justo que não possam receber o mesmo atendimento dos demais previdenciários moradores nas proximidades de escritórios e postos dos grandes centros, uma vez que recolhem igualitariamente a estes.

REQUERIMENTO Nº 1102

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Dr. José Paulo de Oliveira Alves, solicitando para que seja realizado estudo no sentido de determinar o assinalamento na ponte Engenheiro Machado da Costa, sobre o Rio Iguaçu, em União da Vitória, permitindo a passagem de veículos.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A ponte ferroviária Engenheiro Machado da Costa sobre o Rio Iguaçu, na Cidade de União da Vitória, vem sendo utilizada para passagem de pedestres e ciclistas, com ligação entre as Cidades de União da Vitória/PR e Porto União/SC, e o populoso bairro São Cristóvão, Distrito de União da Vitória.

No grande bairro de São Cristóvão, cuja população chega a 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes, atualmente os veículos para transporem o trecho das Cidades de Porto União e União da Vitória até o bairro de São Cristóvão são obrigados a percorrer 14 quilômetros, sendo que pela ponte Machado da Costa a passagem faz com pouco menos de 01 (um) quilômetro.

As tradições mais caras dos paranaenses, na economia, na cultura paranaense, no espírito de trabalho, têm suas raízes na Cidade de União da Vitória, localizada às margens do Rio Iguaçu, com seu parque industrial vigoroso.

A Cidade de União da Vitória, administrada sempre por homens da maior

representatividade político-social, consolidou-se como uma das principais rotas de penetração desenvolvimentista da fronteira com Santa Catarina, denominada portão de entrada para o vasto e rico Estado catarinense.

O angustiante apelo que se faz ao Senhor Diretor Presidente da Ferrovia Sul Atlântico, Dr. José Paulo de Oliveira Alves, traduz os apelos apresentados pelos diversos segmentos da sociedade daquela região, no sentido de economizar tempo, distância e sobretudo desgaste de material rodante.

Por todos esses fatores, a Assembleia Legislativa espera pronunciamento favorável para o assunto tão importante.

REQUERIMENTO Nº 1103

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de providenciar reparos na Estrada do Cerne, trecho compreendido entre o Município de Campo Magro até o Rio Assungui (km 55). Tal solicitação está sendo feita pelos moradores do local, os quais pedem a passagem da máquina, bem como a colocação de saibro. Segundo eles, o local está cheio de buracos e intransitável. Nesse trecho passa o ônibus e os reparos necessitam ser executados urgentemente. Encaminhamos este mesmo pedido à Prefeitura Municipal de Campo Magro e recebemos como resposta que por tratar-se da PR-090, a conservação é de competência do DER, conforme cópia anexa.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1104

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários do ônibus que faz a linha Campo Largo, os quais solicitam a recolocação do ponto que localizava-se na Rodovia do Café, entre o km 9 e km 10, nas proxi-

midades da Metalúrgica Gans, no Jardim Guarani - Município de Campo Largo. Afirmam eles que esse ponto está fazendo muita falta para as pessoas que residem no local.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de grande porte, tipo III, no Município de Umuarama, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scana-vaca, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130), ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1117

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de médio porte, tipo II, no Município de Cruzeiro do Oeste, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Mazzei, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua J. E. Resende, 686); ao Vereador Augusto Rodrigues Duarte, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste (Av. Brasil, s/n) CEP 87400-000).

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao

Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de pequeno porte, tipo I, no Município de Esperança Nova, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Tarciso Sales Medeiros Maia, Prefeito Municipal (Av. Duque de Caxias, 400); ao Vereador Valdir Hidalgo Martinez, Presidente da Câmara Municipal (Av. Duque de Caxias, 400) CEP 87545-000).

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de pequeno porte, tipo I, no Município de Xambrê, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Décio Jardim, Digníssimo Prefeito Municipal (Praça Des. A. F. Costa, 236); ao Vereador Jaime dos Santos Oliveira, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua A. J. Byington, s/n) CEP 87535-000).

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de pequeno porte, tipo I, no Município de Tapira, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Vagner Batista de Souza, Prefeito Municipal (Rua Paranaquá, s/n); ao Vereador Gentil Bertozzo Correa, Presidente da Câmara Municipal (Rua Paranaquá, 518) CEP 87830-000).

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de pequeno porte, tipo I, no Município de São Jorge do Patrocínio, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Claudio Palozzi, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Mal. Cândido Rondon, 164); ao Vereador Valdecir Secundo de Melo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. D. Manoel, s/n) CEP 87555-000.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de pequeno porte, tipo I, no Município de Nova Olímpia, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Sidney Apolonio, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua L. Pradela, 265); ao Vereador Antonio Dizenzo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Nova Olímpia (Rua Mato Grosso, 700) CEP 87490-000.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de pequeno porte, tipo I, no Município de Mariluz, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Hilmar Rubens Miyakawa, Prefeito Municipal de Mariluz (Av. Marília, 1920); aos Vereadores João Leme Barbosa de Queiroz, Presidente da Câmara Municipal e Carlos Roberto de Oliveira (Av. Marília, 1890) CEP 87479-000 - Mariluz).

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de pequeno porte, tipo I, no Município de Maria Helena, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Lourival José Ferreira, Digníssimo Prefeito Municipal (Praça Brasil, 1690); a Vereadora Aurina de Oliveira Pereira, Digníssima Presidente da Câmara Municipal (Av. Paraná, 1690) CEP 87480-000).

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de pequeno porte, tipo I, no Município de Iporã, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Digníssima Prefeita Municipal (Rua Pedro Alvares Cabral, 2677); ao Vereador Dorival Passarella, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Alvares Cabral, s/n) CEP 87560-000).

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de pequeno porte, tipo I, no Município de Engenheiro Beltrão, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Dalpont, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua Manoel Ribas, 160); ao Vereador Wilson Rotta, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160) CEP 87270-000).

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de pequeno porte, tipo I, no Município de Douradina, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Gonçalves Dias, Digníssimo Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 470); ao Vereador Aparecido Balbino da Silva, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Douradina (Av. Rio Branco, 320) CEP 87485-000).

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de pequeno porte, tipo I, no Município de Cafezal do Sul, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Shizuo Takada, Digníssimo Prefeito Municipal (Rua

Italo Orcelli, 796); ao Vereador Augusto Cogo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Cafezal do Sul (Rua Italo Orcelli, 658) CEP 87567-000).

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção da Usina do Conhecimento, de pequeno porte, tipo I, no Município de Alto Piquiri, dentro dos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Francisco Ferreira de Souza, Prefeito Municipal (Rua Santos Dumont, 317); ao Vereador Venino da Silva Moura Filho, Presidente da Câmara Municipal (Rua Santos Dumont, 317) CEP 87580-000).

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1131

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilmo. Sr. Domingos Tarço Murta Ramalho, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando que viabilize a instalação de um PAS - Posto Avançado de Serviços do BANESTADO S.A. no Município de Arapuã.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Visto que o Município de Arapuã, recém-emancipado, não possui nenhuma agência bancária. É de grande interesse da população a instalação do Posto Avançado de Serviço do BANESTADO S.A., visando benefícios à coletividade, além do aumento da receita do município. A agência bancária mais próxima fica a 20 km de Arapuã, dificultando, portanto, o dia-a-dia das pessoas que necessitam de serviços bancários, como os comerciantes, pequenas indústrias e Prefeitura Municipal.

REQUERIMENTO Nº 1133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Programa de Adequação de Estradas Rurais, ao Município de Imbituva.

A presente solicitação visa atender os agricultores das regiões mais distantes da sede do município, que encontram dificuldades no escoamento da safra agrícola, devido a má conservação das vias de acesso.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando uma viatura policial para a Delegacia de Polícia do Município de Irati.

O bom atendimento na área de segurança pública, traduz em tranqüilidade à população e desta forma, a dificuldade encontrada é na locomoção dos policiais nos atendimentos solicitados, pela precariedade das viaturas da Delegacia de Polícia de Irati.

Sala das Sessões, em 28.05.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado de Educação, solicitando a implantação do curso de 2º grau - noturno, na Escola Estadual Luíza Zarpellon, localizada no Bairro Lagoa, no Município de Irati.

O Bairro Lagoa, um dos mais populosos, com mais de 5 mil habitantes, no Município de Irati, possui apenas o 1º Grau, na Escola Estadual Luíza Zarpellon.

Quando os alunos completam o 1º Grau, obrigatoriamente têm que se des-

locar até a escola mais próxima, no Centro de Irati, que dista aproximadamente 5 km, para fazerem o 2º Grau, o que acarreta sérios transtornos e provoca várias desistências.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1146

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado pedido de suplementação de verba para o Senhor Governador, com vistas à obtenção de recursos para a viabilização do Programa de Saneamento Rural no Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação fundamenta-se no fato de que aquele município não fora incluído na dotação orçamentária do Estado e é cada vez mais crescente a carência na área de saneamento.

O problema é ainda mais acentuado, junto à camada de baixa renda e trabalhadores rurais.

Desta forma, solicitamos a colaboração, à fim de que se determine a realização de estudos, visando as possibilidades de atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO Nº 1150

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores na Av. Santos Dumont - São Gabriel, os quais solicitam o desentupimento das manilhas localizadas nessa avenida, em frente ao nº 1001. Segundo os moradores, as manilhas estão cheias de terra, e quando chove, impedem o escoamento das águas, retornando e escoando pela rua. A situação vem causando muitos transtornos, motivo pelo qual pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1151

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de resolver o problema ocasionado com a mudança do ponto de ônibus que faz a linha Almirante Tamandaré - Rio Branco - Itaperuçu. Ocorre que o ponto localizado na Rodovia dos Minérios - km 13, foi mudado para outro local e não foi providenciado abrigo. Os usuários ficam expostos à ação do tempo e sofrem muito quando chove. Afirmam eles que o abrigo existente no antigo ponto ainda lá permanece sem utilidade nenhuma.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1152

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários do ônibus que faz a linha São Sebastião, os quais solicitam a implantação do horário das 23h30min, saindo do Terminal do Guadalupe. Ocorre que muitos desses usuários são estudantes que não conseguem apanhar o ônibus que faz o horário das 23h15min e têm que aguardar o próximo ônibus que somente chega às 23h45min. Face o exposto, solicita-se uma análise desses horários e a possível modificação, a qual com certeza beneficiará muitos usuários.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1153

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, no sentido de atender o pedido da moradora da Rua João Giacomi, nº 275 - Quadra 5 - Bairro Santa Rosa, a qual solicita a implantação de iluminação pública no local. Afirmam a

Senhora Marli Terezinha dos Santos que no talão de pagamento de energia elétrica é cobrada a taxa de iluminação pública e os moradores não dispõem desse benefício. Já encaminhamos tal pedido à COPEL, porém fomos informados que a iluminação pública é de competência dessa municipalidade, conforme cópia da resposta anexa. Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 254-8179.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1154

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de tomar providências quanto ao problema de alagamentos que vêm ocorrendo na Rua Honduras, 665 - Vila Progresso, em frente à Fábrica Frigobom. Ocorre que quando da instalação dessa fábrica, foi feito manilhamento, e nas últimas chuvas, as águas pluviais invadiram a casa de um casal idoso cujo senhor é conhecido como Tio Zico, e a cada anúncio de chuva, os mesmos ficam apreensivos com receio de nova enchente. A situação realmente merece providências urgentes. Se necessário informações complementares, as mesmas podem ser obtidas com a Vó Irene pelo telefone 358-6394.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1168

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Governador do Estado do Paraná, Senhor Jaime Lerner, solicitando as seguintes informações e respectivos documentos:

1) Documento que comprove qual o montante do empréstimo firmado em Protocolo de Acordo, na data de 12 de março de 1996, entre o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado - FDE e a Renault do Brasil S/A;

2) Cópia autenticada do protocolo de acordo firmado entre o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do

Paraná e a Renault do Brasil Automóveis S/A;

3) Documento que comprove qual o montante de recursos utilizados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, na sua participação societária junto à Renault do Brasil Automóveis S/A;

4) Demonstração da regularidade ambiental do projeto de instalação da Renault em São José dos Pinhais, com relatório RIMA;

5) Atas da reunião do Conselho de Administração do FDE, que autorizaram o empréstimo anunciado, portarias, resoluções e outros atos legais que regulamentaram a Lei Estadual nº 9895, de 08 de janeiro de 1992;

6) Outros documentos que entender o Estado do Paraná em exibir, a fim de satisfazer o interesse público ora manifesto.

O referido pedido se justifica por uma questão de interesse público, haja vista que desde março de 1996, o Estado tem firmado vários compromissos com a Renault do Brasil S/A, e não tem revelado qual o real teor desses compromissos. As informações que se tem são esparsas, desconstruídas e veiculadas por fontes não oficiais.

Destaca-se ainda o fato da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, ter paralisado o exame de todos os pedidos de empréstimos feitos pelo Governador Jaime Lerner, até que ele encaminhe cópia do contrato assinado com a montadora francesa Renault.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(aa) PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

DOUTOR ROSINHA

EMERSON NERONE

IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná, referente ao anúncio publicado no jornal Gazeta do Povo, do dia 18 de maio de 1997, que convoca profissionais a serem contratados pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, fazendo os seguintes questionamentos:

1) Como será o processo seletivo de contratação, concurso público, tes-

te seletivo ou contrato por tempo determinado?

2) Em que lei está embasada a contratação destes profissionais?

3) Qual é remuneração a ser paga a estes profissionais?

4) Qual o prazo das contratações?

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, fazendo o seguinte questionamento:

1) Qual é o teor do abaixo-assinado, que os "397 Prefeitos Municipais" assinaram em apelo aos Senadores Roberto Requião e Osmar Dias?

2) Qual o órgão do Governo do Paraná que coletou as assinaturas no referido documento?

Requer ainda, cópia do inteiro teor do abaixo assinado, com as assinaturas dos 397 prefeitos.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1165

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da educação, solicitando informações sobre os procedimentos para o pagamento dos funcionários que prestam serviços nas escolas estaduais (auxiliares de secretaria, zeladoras, serventes, etc.) contratados através da ADEJA, considerando que os mesmos estão recebendo seus salários com grande atraso, bem como estão sem os contratos e as carteiras profissionais assinadas pela referida empregadora.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido inúmeras denúncias, de várias regiões do Estado, sobre o constante atraso no pagamento dos funcionários contratados pela ADEJA para prestar serviços nas escolas estaduais como auxiliares de secretaria, zeladoras, serventes, etc. Quando eles

procuram informações sobre a razão dos atrasos, não há resposta convincente.

Os funcionários contratados denunciam, também, que não há contrato assinado, nem recebem a carteira profissional com as anotações legais.

Essa situação está causando problemas em muitas escolas, pois sem receber os salários há quase um mês, não há condições para se exigir dedicação, esforço e assiduidade dos contratados.

Acreditamos que é de responsabilidade do Estado fiscalizar se as obrigações trabalhistas legais estão sendo cumpridas e exigir que o pagamento desses trabalhadores seja feito dentro dos prazos legais.

REQUERIMENTO Nº 1166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre o nome e o cargo dos servidores lotados na 47ª Delegacia Regional de Polícia, em Toledo, neste Estado.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações sobre qual o prazo previsto e quais as providências que estão sendo encaminhadas para o ressarcimento das despesas dos professores da rede estadual de ensino que participaram de cursos de especialização, dentro do Programa de Qualidade do Ensino da Secretaria de Estado da Educação, no ano de 1996.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No ano passado, dezenas de professores da rede estadual de ensino participaram de cursos de especialização nas Universidades de nosso Estado, dentro do Programa de Qualidade do Ensino da Secretaria de Estado da Educação e BID.

Esses professores custearam, com seus próprios recursos, as despesas com passagens, alimentação e hospedagem, durante aproximadamente dois me-

ses, todos os fins de semana, com a promessa de rápido reembolso das mesmas. Até agora, passados mais de seis meses, ainda não receberam o ressarcimento daquelas despesas, sem que haja uma justificativa plausível.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizado o plebiscito para que a população decida sobre a transferência da comunidade de Vista Gaúcha, ora pertencente ao Município de Bela Vista de Caroba, volte a pertencer ao Município de Pranchita.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A criação do Município de Bela Vista da Caroba, causou enormes problemas para a comunidade de Vila Gaúcha, que pertencia ao Município de Pranchita, com o seu território dividido entre os municípios citados.

As instalações públicas como a capela, escolas, serviço telefônico, serviço médico, entre outras, enfrentam problemas com essa separação, o que ocasionou um abaixo assinado de seus moradores, pedindo a volta de Vista Gaúcha para o Município de Pranchita, conforme documentação em anexo.

O princípio maior da democracia é a vontade popular, portanto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta justa reivindicação da comunidade de Vista Gaúcha.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 229/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o art. 6º da Lei nº 11714, de 07 de maio de 1997, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - A gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, prevista no inciso X do art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, integrará os proventos de

aposentadoria do servidor, desde que - percebida à época da aposentadoria e por um período não inferior a 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) alternados".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A motivação maior da apresentação do presente projeto de lei é de proceder um ato de justiça com os funcionários, que trabalharam com denodo durante toda a sua vida funcional, e agora ficam sem a possibilidade de se aposentarem com dignidade, com a aprovação da Lei nº 11.714, que condiciona um período não inferior a 10 (dez) anos, para a concessão de gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais.

O dilatado prazo de 10 (dez) anos fere a regra já estabelecida pelo Poder Público Estadual, no estabelecimento de vantagens aos seus servidores, de 03 (três) anos consecutivos e 05 (cinco) anos alternados, isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 230/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica assegurado, através da Secretaria de Estado da Educação, o funcionamento da Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz, com sede no Município de Curitiba, e criada pelo Decreto do Poder Executivo nº 3592, de 03 de maio de 1973.

Parágrafo Único - O funcionamento da Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz deverá permanecer no mesmo local, à Avenida Iguaçu, 2884, ou nas imediações das atuais instalações, para não prejudicar o atendimento aos alunos que usufruem da escola.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz, funcionou em princípio, como

um grupo escolar anexo a Escolinha Tia Paula, e fazendo parte de um complexo assistencial fundado pela Senhora Paula Pedroso do Amaral, com o objetivo de dar prosseguimento educacional às crianças assistidas pela Creche Ana Messias.

Em 1962, o Grupo Escolar começou a funcionar no período da manhã e as professoras, como atualmente, eram funcionárias estaduais.

No ano de 1966, o Grupo Escolar separou-se, burocraticamente, da Escolinha Tia Paula, recebendo o nome de Grupo Escolar Flávio Ferreira da Luz, cuja denominação foi feita através do Decreto nº 3093, do Governo do Estado do Paraná.

O primeiro contrato de cessão de prédios foi efetuado através de um convênio, assinado em 11 de agosto de 1967, entre a Secretaria de Estado da Educação e Cultura e a Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância, mantenedora da Escolinha Tia Paula, onde foi acertado que a associação cederia, sem qualquer ônus, o prédio onde funcionava o Grupo Escolar Flávio Ferreira da Luz. O prazo da cessão seria de 5 (cinco) anos.

Após o encerramento do contrato da cessão gratuita, foi acertado entre ambas as partes, contratos anuais de locação, sucessivamente, até os dias de hoje.

O Grupo Escolar Flávio Ferreira da Luz foi criado através do Decreto do Poder Executivo nº 3592, de 03 de maio de 1973, e através do Decreto nº 1388, de 23 de dezembro de 1975, mudou de denominação para Escola Estadual Ferreira da Luz - Ensino de 1º grau.

A partir do final do ano de 1996, toda a comunidade que usufrui da Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz ficou alarmada com a possibilidade do fechamento da mesma, tendo em vista o término do contrato de locação, em 31 de dezembro do ano em curso, e a solicitação de desocupação do imóvel pela Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância.

Em vista deste acontecimento, a Associação de Pais e Mestres do Conselho Escolar da Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz tem mantido incessantes contatos com órgãos estaduais e municipais solicitando o funcionamento do estabelecimento no atual local.

O presente projeto de lei procura salvaguardar os direitos da comunidade

docente e discente da Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz, bem como da Associação de Pais e Mestres, que não se conformam com a possível perda de um elo que os unem, tanto na parte educacional, como sentimental.

Senhores Deputados, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Capítulo IV, art. 54, rege que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento de ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Também, o Plano de Ação da Secretaria de Estado da Educação prevê que o aluno permaneça com êxito na escola, vivenciando novas e significativas oportunidades educacionais; que bons professores desenvolvam suas competências nos âmbitos profissional, pessoal e cultural, com sistematização e continuidade e que a comunidade participe efetivamente nas decisões junto ao sistema para alcance nos objetivos educacionais.

Os ditames deste plano se concretizaram no coração de todos os participantes do processo educacional da Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz, numa maravilhosa simbiose de amor à educação e à cidadania.

Então, não é justo que o Poder Público queira separar parceiros tão entusiasmados com a educação, principalmente quando um dos princípios orientadores do Plano de Ação da Secretaria de Estado da Educação é que "toda a escola paranaense deve ser um centro de excelência".

O objetivo primordial deste plano de lei é que não haja interrupção dos trabalhos educacionais da Escola Estadual Flávio Ferreira da Luz, que não se perca a identidade da escola com a comunidade da região e que, se não for possível a sua permanência no endereço da Avenida Iguaçu, se encontre uma forma de estabelecê-la em um lugar próximo ao atual.

PROJETO DE LEI Nº 231/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:
Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Poetas Japoneses Kaikai, com sede foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública tem por objetivo fazer poesia sem finalidade lucrativa, incentivar, organizar e patrocinar reuniões de caráter social, cultural e desportivo, além de manter intercâmbio artístico, social e desportivo com entidades congêneres.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 232/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação Educacional, Sindical e Assistencial do Iguaçu - Fundação Iguaçu, com sede e foro na Cidade de Cascavel - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

PROJETO DE LEI Nº 233/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o CEMIC - Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade, com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Constituído em 19 de junho de 1990, o CEMIC - Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade, é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e de cunho assistencial, com estatutos devidamente registrados sob nº 549, às fls. 121 V, do Livro A-1, no Registro de Títulos, Documentos e Pes-

soas Jurídicas, da Comarca de Marechal Cândido Rondon - PR.

Trata-se de entidade que presta relevantes serviços à comunidade desde a sua fundação. Como relatório anexo, somente no ano de 1996 atendeu 279 crianças e adolescentes de 7 a 16 anos, oferecendo cursos semi-profissionalizantes, cujos ensinamentos visam melhorar sua formação, objetivando integrá-las à comunidade. Ainda recebem atendimento médico, odontológico, alimentação, acompanhamento psicológico, fonoaudiólogos, bem como, praticam cursos de culinária, pintura e outros destinados para meninas, cursos de marceneiros, jardinagem, hortas comunitárias, aviários, destinados para meninos, e ainda a prática de todas as modalidades de esportes.

É merecedora de reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade e, para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste projeto de lei que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 234/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Alto Boqueirão - BENE, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Alto Boqueirão tem prestado relevantes serviços aos moradores das Plantas Edgard Santos Barreto, Guimarães e Odília, no Bairro do Boqueirão, onde procura unir, estimular o espírito de solidariedade, representá-los perante autoridades constituídas e manter serviços assistenciais e cooperativos entre seus membros e a comunidade do local.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -
Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande expedientes.

Horário das Lideranças.

PFL. PMDB. PDT. PSDB. PT. PL.
PTB. Liderança do Governo.

Concedo a palavra à Liderança do
PT, Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente,
Senhores Deputados.

Domingo da semana passada, não
esse anteontem, mas domingo anterior,
o Jornal "O Globo" trouxe uma matéria
de uma página sobre o Presidente do
Atlético, Senhor Mário Celso Petra-
glia, e ex-tesoureiro de campanha, o
principal financiador da campanha do
Governador Jaime Lerner.

O Jornal "O Globo", de circulação
nacional, que fez a denúncia do uso
estranho, vamos chamar assim, de se
obter resultados finais de jogos, ou
seja, através da "aquisição" de juí-
zes, aprofunda e traz uma série de fa-
tos nos quais está envolvido o Senhor
Mário Celso Petraglia.

Começa pelo valor pago no canal
extravasar, no já fizemos uso desta
tribuna, que no terreno ao lado daque-
le do Atlético, foram pagos cerca de
7, 8 vezes mais valor o metro quadra-
do.

Aprofunda a questão, quando traz
sobre a construção da subestação para
fornecimento de energia da Renault,
denunciado nesta Casa pelo Deputado
Romanelli, na qual também mostra um
comportamento de favorecimento do te-
soureiro de campanha e principal fi-
nanciador do Dr. Mário Celso Petra-
glia.

E uma série de outras manifesta-
ções, o Jornal "O Globo" acaba trazen-
do de público, que diga-se de passa-
gem, naquele domingo facilmente foi
vendido na nossa cidade, não tendo ao
meio-dia já nenhum exemplar nas ban-
cas, porque demonstrava como um diri-
gente, em nome próprio, comete irregu-
laridades nas quais envolve uma das
maiores torcidas do nosso Estado. Tor-
cida essa que não sabia quais eram os
métodos usados pelo seu Presidente.

Também ali, o Jornal "O Globo"
traz outras questões de favorecimento
da empresa da qual ele é proprietário,
empresa essa uma das maiores do nosso
Estado, cujos trabalhadores têm cons-
truído a riqueza deste Estado e que de
repente vêem o nome de um dos princi-
pais sócios, envolvido na compra de
árbitros de futebol.

O Senado, a Câmara Federal diz
que vai apurar. Nós, deste Parlamento,
apresentarei amanhã, um requerimento
pedindo uma auditoria sobre os valores
pagos pelo Governo do Estado na ques-
tão do canal extravasar, e chamo a
atenção dos Srs. Deputados para um
fato: há alguns anos atrás, o Atlético
fez um acordo, um comodato com a Fede-
ração Paranaense de Futebol para usar
o Pinheirão. Recentemente, a justiça
decidiu em uma ação judicial pela rup-
tura do contrato e que o Atlético terá
uma indenização de mais de 3 milhões
de reais, só que dentro do Pinheirão o
Governo do Paraná construiu uma pista
de atletismo, pista esta construída
com o erário público, a qual agora,
esperamos que na hora que for a leilão
o estádio, não seja ele arrematado
pelo Senhor Governador, porque lá já
investiu, arrematado em nome do Gover-
no do Estado, para poder socorrer no-
vamente o seu tesoureiro de campanha e
principal financiador.

Era isso que queríamos chamar a
atenção dos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -
Está encerrada a Hora do Expedi-
ente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolu-
ção de autoria do Sr. Deputado Walmor
Trentini, constante do expediente. Ne-
cessita de apoio. **Apoiado.** À Di-
retoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02
(dois) de autoria do Sr. Deputado Ani-
bal Khury, constantes do expediente.
Necessitam de apoio. **Apoiados.** À
Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr.
Deputado José Tavares, constante do
expediente. Necessita de apoio.
Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr.
Deputado Luiz Claudio Romanelli, con-
stante do expediente. Necessita de
apoio. **Apoiado.** À Diretoria Le-
gislativa.

Projeto de lei nº 1148, de auto-
ria do Sr. Deputado Duílio Genari,
constante do expediente. Necessita de

apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/96, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dá nova redação ao Art. 1º da Lei nº 11.260/95, que cria o Município de Bom Jesus do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 420/96

Altera a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 420/96, que passa a vigorar conforme segue:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Bom Jesus do Sul, com sede na localidade de Bom Jesus, desmembrado do Município de Barracão, conforme Memorial Descritivo seguinte:

A Oeste, partindo do marco 37-A do lote nº 42 da Gleba do Divisor, seguindo por linhas secas, com a República Argentina até o Município de Santo Antônio do Sudoeste, na nascente do Rio Lageado Grande; ao Norte, seguindo pelo Rio Lageado Grande na divisa de Santo Antônio do Sudoeste, até o Rio Pinhalito; ao Leste, com o Município de Salgado Filho, seguindo pelo Rio Pinhalito e Rio das Águas, até o marco 150-A do lote nº 25-D; ao Sul, vindo para o sentido Oeste pelos lotes nºs 25-D, 30 e 33 da Gleba nº 28, lotes nºs 37, 36, 33, 32 e 28 pela sanga São Roque; 28, 18, 05, 03 e 04 por sanga sem nome; 03 por linha seca e 02 pelo Rio Pinhalito, todos da Gleba nº 24, segue pelo Rio Pinhalito com o lote nº 35 da Gleba 23, continuando por sanga com os lotes nºs 46, 31, 38, 32, 35, 36 e 60 da Gleba nº 15, seguindo pela mesma sanga com os lotes nºs 35, 34 e 33 da Gleba nº 09; por linha seca com os lotes nºs 04 e 01 até uma sanga sem nome, com os lotes

nºs 07, 08 e 10 da Gleba nº 08, seguindo pela divisa do lote nº 10 e nº 09 da Gleba nº 08, seguindo por sanga com os lotes nºs 39 e 38, até encontrar o Rio Capanema na Gleba nº 05, seguindo a divisa do lote nº 15 da Gleba nº 04, seguindo por linha seca com o lote nº 20, 21 e 22 da Gleba 08 do Imóvel Flores da Conceição, seguindo por sanga pelo lote 43-A, 43-D, 43-C, 44, 45 e 46 da Gleba do Divisor - 3ª parte, até o marco 37-A na divisa com a República Argentina".

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoio: Nelson Garcia, Valdir Rossoni, Edgar Bueno, Basílio Zanusso, Augustinho Zucchi e Walmor Trentini.

JUSTIFICATIVA:

A emenda proposta se justifica na medida em que possibilita a reintegração de parcela da Linha São Paulo, dividida quando da criação do Município de Bom Jesus do Sul.

A alteração que se apresenta, é um gesto de respeito do Poder Legislativo à comunidade da Linha São Paulo, cuja concentração populacional para fins de moradia e de trabalho foi agredida com a separação.

A reintegração desta comunidade restabelecerá seu desenvolvimento integralizado, proporcionando, em especial no setor agrícola, a formação de Associações de produtores e pequenas cooperativas.

Além dos fundamentos de mérito é precípua a análise do aspecto legal, haja vista que o Projeto de Lei nº 420/96, encerra providência que afronta a Lei Complementar nº 56 em seu artigo 2º, que veda sejam criados municípios com contingente populacional inferior a 5.000 habitantes.

A alteração de divisa assim como proposta originalmente no Projeto de Lei nº 420/96m retiraria do Município de Bom Jesus do Sul, cerca de 500 habitantes, e portanto, na condição de município cedente, ficaria com número populacional inferior ao número legal.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Caíto Quintana está em missão oficial ao Rio Grande do Sul e me pediu para encaminhar respeitosamente a esta Mesa um requerimento constante do expediente, pedindo a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº

420/96, por uma Sessão, até que ele possa estar aqui pessoalmente para poder encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Os Srs. Deputados que aprovam a solicitação feita pelo Deputado Romanelli, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Solicito Verificação de Votação. Neste projeto estamos entrando com uma emenda. Esta emenda tem que ser acatada pela Mesa, e encaminhada para a C.C.J., e retiro a Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Os Srs. Deputados que aprovam o pedido do Deputado Romanelli, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a votação por uma Sessão, do Projeto de Lei nº 420/96.

O SR. JOÃO TECHY FILHO (Pela Ordem) - Gostaria de anunciar entre nós a presença do Prefeito de Ipiranga, Sr. Roberto Gomes de Lima.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência se associa.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/97, que autoriza o Poder Executivo a instituir uma agência de desenvolvimento, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de Sociedade Anônima de Capital Fechado, denominada de Agência de Desenvolvimento do Paraná S/A, com sede nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DA C.C.J., COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 06 (seis), de autoria de diversos Srs. Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 116/97

"Art. 5º - ...e por uma diretoria composta por 05 (cinco) membros, com competência a ser fixada em Estatuto

Social e remuneração limitada a de Secretário de Estado".

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA

GERALDO CARTÁRIO

BETO RICHÁ

RICARDO CHAB

WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se pela necessidade de se dar a fundamental consistência à Diretoria que poderá proceder a necessária reestruturação e modernização do atual Sistema Financeiro, pois a Agência será a responsável pela gestão administrativa e financeira do FDE, coordenando e formulando programas que gerem desenvolvimento econômico, sem perder de vista suas repercussões no campo social.

A adequação dos instrumentos de fomento são absolutamente indispensáveis para servir de suporte às transformações sócio-econômicas que precisam ser implementadas no Paraná.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Acrescente-se ao Artigo 8º, o § 2º, com a seguinte redação:

"§ 2º - A Agência de Desenvolvimento, constituída através da presente lei, poderá exercer as atribuições de Liquidante do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, em Liquidação Ordinária, assumir recursos humanos e efetuar os acordos e transações necessárias ao encerramento dos trabalhos liquidatórios daquela Instituição Financeira, bem como assumir através de adequado instrumento jurídico os ativos, passivos, recursos humanos e outros direitos e obrigações, oriundos da Carteira de Fomento do Banco do Estado do Paraná S/A, e do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(aa) DOUTOR ROSINHA

TOTI COLAÇO

PÉRICLES MELLO

RENATO ADUR

SUBEMENDA ADITIVA DE Nº 03, DE PLENÁRIO, À EMENDA DA C.C.J., QUE MODIFICA O ART. 5º

Acrescente-se ao Art. 5º do Projeto de Lei nº 116/97, novos membros, conforme redação a seguir:

Art. 5º - A administração social da Agência de Desenvolvimento será

exercida por um Conselho de Administração, composto pelos seguintes membros: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado do Governo, Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, dois representantes das entidades dos trabalhadores e dois das entidades patronais com representatividade estadual.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(aa) DOUTOR ROSINHA

TOTI COLAÇO

RENATO ADUR

PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentar sua emenda ao Art. 5º, a Comissão de Constituição e Justiça - C.C.J., justifica afirmando "quanto a omissão referida que se observa no Art. 5º, é imperioso que seja sanada, porque na composição do Conselho de Administração de entidade desta natureza não poderiam estar ausentes representantes dos segmentos econômicos, industrial, comercial e agrícola".

A Bancada do Partido dos Trabalhadores acolhe o entendimento apresentado acima pela C.C.J., porém, entende que este princípio deva ser extensivo às entidades representativas dos trabalhadores do nosso Estado, e não somente aos representantes da classe patronal do nosso Estado.

As modificações apresentadas na composição do Conselho de Administração, fundamenta-se na necessidade de incluir tanto os representantes da classe empresarial quanto dos trabalhadores, na condução desta empresa, cujo objetivo volta-se ao fomento da atividade econômica em nosso Estado.

**EMENDA ADITIVA AO ART. 3º,
DE PLENÁRIO, DE Nº 04**

Acrescente-se Parágrafo Único ao art 3º, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - 25% dos recursos serão destinados à concessão de financiamentos para as micro, pequenas e médias empresas que atuam nos setores agrícola, industrial e comercial, instaladas no território paranaense".

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(aa) DOUTOR ROSINHA

TOTI COLAÇO

PÉRICLES MELLO

RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa adequar o atual projeto de lei ao que determina o mandato constitucional que diz no seu art. 143, "as microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão do Estado tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação de obrigações administrativas, tributárias e creditícias, por meio de lei".

É do conhecimento comum a importância desempenhada pelas micro e pequenas empresas na atividade econômica, gerando renda, empregos e impostos em nosso Estado. Por isso, nada mais justo e adequado, destinar, neste momento em que se pretende criar esta Agência voltada, basicamente, à atração de grandes investimentos industriais automotivos, parcela de recursos à micro e pequena empresa paranaense.

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,
DE Nº 05**

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei nº 116/97, novo artigo, com a seguinte redação:

"Art. ... - A Diretoria da Agência de Desenvolvimento S/A, informará, oficialmente, a Assembléia Legislativa, mediante relatório semestral, discriminando todas as operações realizadas, suas condições e montante de recursos.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(aa) DOUTOR ROSINHA

TOTI COLAÇO

PÉRICLES MELLO

RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda objetiva assegurar o fornecimento de informações oficiais, pelos Diretores da Paraná Desenvolvimento, à Assembléia Legislativa, órgão encarregado, constitucionalmente, pela fiscalização dos demais Poderes do Estado.

Tais informações são fundamentais para que o Legislativo paranaense possa acompanhar e fiscalizar o andamento das atividades desta Agência.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei nº 116/97, novo artigo, com a seguinte redação:

"Art. ... - A Diretoria da Agência de Desenvolvimento do Paraná S/A, informará oficialmente a Assembléia Legislativa, no prazo de até 15 dias após o encerramento de cada uma das seguintes operações, sobre:

I - O montante dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, transferidos para a Agência de Desenvolvimento.

II - O resultado final da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP.

III - O montante de recursos do ativo e passivo, bem como outros direitos e obrigações, decorrentes da transferência da Carteira de Desenvolvimento do Banco do Estado do Paraná S/A, transferidos para a Agência de Desenvolvimento.

IV - Relatório semestral discriminando todas as operações realizadas, suas condições e montante de recursos, pela Agência de Desenvolvimento e Fundo de Desenvolvimento Econômico.

Sala das Sessões, em 27.05.97.

(aa) DOUTO ROSINHA

TOTI COLAÇO

PÉRICLES MELLO

RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda objetiva assegurar o fornecimento de informações oficiais, pelos Diretores na Agência de Desenvolvimento, à Assembléia Legislativa, órgão encarregado, constitucionalmente, pela fiscalização dos demais Poderes do Estado.

Tais informações são fundamentais para que o Legislativo paranaense possa acompanhar e fiscalizar o andamento das atividades desta Agência.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - O Projeto nº 116/97 já encerrou a sua discussão e já foram apreciadas as emendas na C.C.J.. Este projeto deve ser votado nesta Sessão.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, e assíduo frequentador dessa Comissão, lá não foi analisada nenhuma emenda desse projeto, porque ele está numa fase de 2ª discussão, e recebendo emendas de Plenário, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao Senhor Deputado que o projeto em questão tem emenda de Plenário...

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, estou equivocado. Realmente pode receber emendas, porque foi uma emenda no próprio parecer, na C.C.J.. Estou equivocado. Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está em regime de urgência.

Nestas condições, vou receber as emendas de Plenário e vou submetê-las a voto na Sessão de hoje.

Na ordem das preferências, a emenda da C.C.J. tem preferência.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Emenda da C.C.J..

(Lê)

Em votação. Aprovada.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Mesa defere e fará a Verificação de Votação, com chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Procede a chamada nominal).

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o pedido de chamada nominal, tendo em vista que já há quórum para votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.
(Pausa)

Vinte e nove Senhores Deputados aprovam a emenda. Emenda aprovada.

Emenda da Comissão de Constituição e Justiça: quando encerrada a liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná, em liquidação ordinária, o Poder Executivo poderá transferir no todo ou em parte o valor patrimonial

líquido que resultar do encerramento à liquidação para o patrimônio da Agência de Desenvolvimento do Paraná ou do Fundo de Desenvolvimento Econômico, observadas as normas do Banco central.

Votação a emenda.

Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovada.**

O SR. PÉRICLES MELLO (**Questão de Ordem**) - O Senhor poderia repetir para nós a emenda que acaba de ser aprovada?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (**Lê novamente**).

Aprovada a emenda.

Emenda da Comissão de Constituição e Justiça: a administração social da Agência de Desenvolvimento será exercida por um conselho de administração composto pelos seguintes membros: Secretário da Fazenda, Secretário do Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria e Comércio e Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado do Governo, Presidente do Banco do Estado do Paraná, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Presidente da Federação da Agricultura, e o Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias. Competência a ser fixada em estatuto social.

O SR. DR. ROSINHA (**Pela Ordem**) - Há uma emenda de Plenário com características semelhantes, na qual consulto Vossa Excelência, se uma se contrapõe à outra, ou como será o encaminhamento da Mesa na votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se o Plenário aprovar esta emenda da Comissão de Constituição e Justiça, terá a preferência sobre a emenda do Plenário.

O SR. DR. ROSINHA (**Pela Ordem**) - Aprovada esta, e a outra?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será prejudicada.

O SR. DR. ROSINHA (**Pela Ordem**) - Então, gostaria que Vossa Excelência lesse a outra emenda de Plenário, para que todos os Senhores Parlamentares tomassem conhecimento, e para que eu saiba também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou ler a emenda: a administração social da Agência de desenvolvimento será exercida por um Conselho de Administração, composta pelos seguintes membros: Secretário da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário da Indústria e Comércio e Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado do Governo, Presidente do Banco do Estado do Paraná, dois representantes de entidades de trabalhadores, e dois de entidades patrimoniais, com representatividade estadual.

Está em votação a emenda da Comissão de Constituição e Justiça. Aprovada esta, a de Plenário será prejudicada.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, queria fazer um comunicado à Mesa, e, em função deste comunicado, pediria a inversão, desde que a Mesa assim me entenda a proceder. Porque conversamos, estava presente o Deputado Joel Coimbra, o Deputado Valdir Rossoni, e o Secretário da Fazenda, Dr. Miguel Salomão. Também estavam presentes o Deputado Péricles, o Deputado Basílio Zanusso e o Deputado Romanelli. E em relação a esta emenda, que garante a maioria neste Conselho de Administração Social da nova Agência de Desenvolvimento, colocamos dois representantes das entidades patronais, com representação estadual.

Ficaria acordado, que no decreto que iria regulamentar, ficaria um para a agricultura, e outro para o setor industrial, e os representantes, tanto da área da agricultura, quanto dos trabalhadores urbanos, representando os trabalhadores.

Quer dizer, é uma emenda que amplia o leque de representação da sociedade para ajudar no processo de política de desenvolvimento econômico-social dessa agência.

Esse foi um acordo firmado.

Gostaria de consultar o líder, Deputado Valdir Rossoni, se é possível encaminhar com esse sentido a votação desta emenda. Se prevalece ou não o entendimento feito lá na Secretaria de Finanças.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Para Encaminhar**) - Senhor Presidente, só para encaminhar, antes do Deputado

Rossoni responder, quero complementar a informação do Deputado Ângelo Vanhoni.

Na verdade, essa emenda que foi acordada com o Secretário Miguel Salomão, ela na verdade é extremamente ampla, até porque a escolha dos representantes, tanto patronais como dos trabalhadores, é de livre escolha do Governador do Estado.

Então, a emenda que foi fruto de um acordo, é muito mais ampla do que esta que a Comissão de Justiça havia apresentado. E esse foi o entendimento do Secretário Miguel Salomão.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Solicitamos a preferência dessa emenda de Plenário na votação, antes da Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente não há dispositivo regimental que ampare a pretensão de Vossa Excelência.

Vou submeter mais uma vez a votação a emenda da Comissão de Justiça, considerando prejudicada a emenda apresentada de Plenário.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda da Comissão de Justiça queiram levantar-se.

Trinta Senhores Deputados aprovam.

Seis Senhores Deputados rejeitam.

A Emenda da Comissão de Justiça está aprovada, e prejudicada a Emenda de Plenário.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria fazer um registro, aqui.

Há absoluta falta de lealdade, e vou me recusar, daqui para a frente, a bancar o idiota, porque junto com os Deputados de todos os partidos, fomos fazer uma negociação com o Secretário da Fazenda, junto com o Líder do Governo, fizemos um acordo, um entendimento em relação a uma série de emendas e pontos, discutimos o projeto em profundidade, e chega aqui no Plenário, o Senhor Valdir Rossoni, e rasga o entendimento que fizemos.

É uma absoluta falta de coerência e de vergonha na cara, mesmo porque, ele que nos levou à Secretaria da Fazenda, fizemos um acordo e esses acordos têm que ser respeitados, Senhor Presidente, sobre a ótica de que me recurso, daqui para a frente, de sen-

tar com o Deputado Valdir Rossoni, para discutir qualquer projeto, que ele não avaliza os acordos que faz aqui neste Plenário.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, o PL não foi convidado para nenhuma reunião. Não posso aceitar pelo PL as afirmações do digno Deputado Romanelli.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, gostaria de pedir ao ilustre Deputado Romanelli que um pouquinho de educação não faz mal a ninguém.

Quanto à reunião que tivemos com o Secretário de Finanças, foi para prestar esclarecimentos sobre a questão do projeto aos Parlamentares, que assim o desejassem. Procuramos, como foi uma reunião rápida, marcada com o Secretário de Finanças, procuramos avisar o máximo de Deputados, mas não houve acordo, e por isso estamos tendo esse procedimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor

Presidente, é uma inverdade o que o Líder do Governo falou. Foi feito um acordo, sim, é inverdade o que o Líder do Governo está falando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Emenda de Plenário da Bancada do PT.

A Agência de Desenvolvimento, constituída através da presente lei, poderá exercer as atribuições deliquidentes do Banco de Desenvolvimento do Paraná, em liquidação ordinária. Assumir recursos humanos e efetuar os acordos e transações necessárias ao encerramento dos trabalhos liquidatórios daquela instituição financeira, bem como assumir, através de adequados instrumentos jurídicos ativos, passivos de recursos humanos, e outros direitos e obrigações, oriundos da Carteira de Fomento do Banco do Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI É de quem a autoria dessa emenda, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Da Bancada do PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Essa emenda é uma emenda, que na realidade mantém o projeto na forma como está, mas em função da discussão com o Secretário das Finanças, levamos a preocupação de que no corpo do projeto, na forma como o projeto está colocado, não haverá garantia nenhuma de que essa agência de fomento seja uma estrutura permanente no desenvolvimento econômico de amparo técnico para as políticas industrial e social do nosso Estado.

Por isso, adensamos uma única cláusula, que fica a critério do Governo do Estado lançar mão dessa prerrogativa ou não, de que é utilizar os recursos humanos, tanto do extinto BADEP, que não ultrapassam, hoje, a 15, 20 funcionários, quanto a Carteira de Fomento dos Funcionários do Banco do Estado do Paraná, que foram acoplados, que fazem parte, a partir de agora, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista financeiro da Agência de Fomento.

Entendemos que sem esse apoio técnico, sem essa possibilidade de o Governo lançar mão dos recursos técnicos humanos, de pessoas que foram treinadas, que foram preparadas ao longo dos dez, quinze, vinte anos a pensar no fomento do Estado do Paraná, a Agência de Fomento não terá uma vida mais perene para o Estado do Paraná.

Então, é com esse objetivo que queremos garantir ao Estado, do Governo, a possibilidade de transferência de recursos humanos, e se isso não estiver na lei, depois dessa lei aprovada para a contratação de qualquer funcionário, seja da iniciativa privada ou da esfera pública, mas que tenha experiência de fomento, terá que ser feita através de concurso público.

Quando garantimos esse "poderá" na legislação e no corpo dessa lei, damos uma prerrogativa ao Governo de lançar mão dos recursos humanos, já preparados técnicos da esfera pública do Estado do Paraná, que ao longo desses anos recebeu incentivo, estímulos para se aperfeiçoar profissionalmente.

Mas, ainda, Senhor Presidente, nos preocupa muito que a possibilidade da avaliação técnica dos projetos que forem endereçados à Agência de Fomento, e que contarão com a possibilidade de liberação de recursos públicos que

somam quantias enormes, mais de um milhão, cinco milhões, sete milhões, dez milhões para o desenvolvimento do fomento no Estado do Paraná, nos preocupa que a Agência de Fomento seja obrigada a estabelecer convênios com a iniciativa privada para dar os pareceres a respeito desses projetos.

Então, nesse sentido, estamos nos precavendo do ponto de vista da esfera pública, para garantir que a Agência de Desenvolvimento e a Agência de Fomento possam contar com os recursos humanos já pagos pela esfera pública, pelo Governo do Estado, pelo próprio Estado e pelos contribuintes, e que não tenha que lançar mão da iniciativa privada para dar um parecer se aquele projeto, do ponto de vista da ótica pública, deve ou não deve acontecer no Estado do Paraná.

Então, nesse sentido, pedimos o apoio dos Senhores Deputados, para que garantam essa possibilidade do Governo, se assim entender, diante das necessidades, lançar mão dos recursos humanos já existentes no corpo da administração pública do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda.

Senhores Deputados que aprovam a emenda. **Rejeitada.**

O SR. ÂNGELO VANHONI - Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. **Rejeitada a emenda.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Gostaria que fosse registrado o meu voto a favor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Joel Coimbra, emenda, e por uma diretoria composta por cinco membros com competência a ser fixada em estatuto social e remuneração limitada do Secretário de Estado.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, não estou entendendo a votação. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

O SR. ÂNGELO VANHONI - O Senhor registre a votação da Bancada do PT e dos Deputados do PMDB, contrários a essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda nº 4.
(Lê o conteúdo na Emenda nº 4)

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, acho que esta emenda, nada mais é, do que a concretização do discurso feito por Vossa Excelência na tribuna desta Casa, quando alertava para o fato que se, de um lado as grandes empresas montadoras e multinacionais já vinham recebendo recursos do Estado do Paraná, era hora de apoiarmos a pequena, a média, a micro empresa paranaense, que está muitas vezes, em processo falimentar.

Nossa emenda busca canalizar uma percentagem dos recursos da agência, ou seja, 25% dos recursos para o apoio, o incentivo, o fomento à pequena, micro empresa industrial e agrícola, que está passando por extremas dificuldades.

Essa emenda muda um pouco o sentido do desenvolvimento econômico do Paraná. Somos um Estado que tem mais de 300 mil famílias vivendo em pequenas propriedades no meio do campo, que passam por extrema dificuldade, dificuldade histórica, responsável pelo êxodo rural, responsável pelo fato de o Paraná, entre 1970 e 1980, perdeu, em números absolutos, um milhão e duzentas mil pessoas, que foram embora do estado do Paraná. De 80 a 90, o meio rural paranaense perdeu oitocentas mil pessoas. Não é possível que nós, diante deste quadro tão difícil, não olhemos para a agricultura, principalmente tendo apoio com recursos do Estado, com empréstimo através da Agência de Fomento.

Rogo aos Deputados. Muitos falam na pequena produção. Lembro-me, há poucos dias, junto com o Deputado Pesutti, numa reunião do Bloco Agropecuário, dizíamos que mais de 30 discursos já aconteceram deste Plenário, das várias bancadas em defesa da agricultura e da pequena produção familiar. Pois esta é a hora de passar do discurso à ação prática, concreta, votando a fa-

vor de uma emenda que atenua um pouco o modo de desenvolvimento deste Estado.

Peço ao Presidente desta Casa que apoie a emenda, conforme a sua visão do desenvolvimento do Estado, e peço à Bancada do Governo que nos dê apoio, porque foi um acordo feito junto com o Secretário, de que essa emenda seria aprovada por unanimidade.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Queria dizer que esta emenda, o Deputado Péricles ressaltou muito bem, e vai no espírito do belo pronunciamento que Vossa Excelência aqui fez nesta Casa.

Queria completar com o seguinte: esta emenda também foi fruto, inclusive a mudança da redação dela que incluiu médias empresas, foi fruto do processo de negociação que me referi ainda há pouco, com o Secretário da Fazenda, que, infelizmente, o Líder do Governo se recusa a reconhecer, mas tenho certeza que Vossa Excelência vai apadrinhar essa emenda, porque Vossa Excelência compartilha desse espírito público de privilegiar a pequena e média empresas paranaenses.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Gostaria de fazer uma observação.

Se a Bancada que dá apoio ao Governo do Estado, acho que tem entendimento de que essa emenda é uma emenda importante para o projeto. Gostaria de fazer uma sugestão de rasura nesta emenda, uma pequena sugestão de rasura, e que seja validada pelo Plenário da Assembléia. É a de que, no lugar de 25%, acrescentássemos uma expressão seguinte: "pelo menos 25%". Porque a emenda só está dizendo o seguinte: 25%. O Governo pode investir 25%. Mas também, se decidir investir mais, é uma prerrogativa que o Estado vai ter amparada em lei.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, concordamos com a emenda, mas ressalvamos que vamos aguardar o posicionamento da própria Secretaria da Fazenda.

Peço à Bancada do Governo que aprove a emenda.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, mesmo não tendo participado de reuniões nem com o Governo, e nem com a Oposição, o PL

acredita que as palavras do Deputado Angelo Vanhoni vêm, e muito, contribuir com o processo. Acredito que só podemos, Senhor Líder do Governo, votar essa emenda, com isenção de ânimos, se tiver a rasura proposta pelo Deputado Angelo Vanhoni. Caso contrário, a Casa vai engessar, exatamente a administração.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente, a matéria está em votação, e não cabe emenda e nem subemenda.

Senhores Deputados que aprovam a emenda. **Aprovada.**

A Presidência vai diligenciar com o Deputado Rossoni e com os outros líderes para que esta emenda seja mantida.

Emenda: "A Diretoria da Paraná Desenvolvimento informará, oficialmente, à Assembléia Legislativa, mediante relatório semestral..."

Em votação. **Aprovada.**

Emenda: "A Diretoria da Agência de Desenvolvimento do Paraná informará à Assembléia Legislativa, num prazo de até 15 dias..."

Em votação.

É mais ou menos a emenda que foi aprovada agora.

Senhores Deputados...

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, gostaria de posicionar a Bancada do Governo quanto a esta emenda, contrária, por não ter tempo hábil para dar as informações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito.

Os Senhores Deputados que aprovam, fiquem como estão.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Rejeitada a emenda.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 06/97, que autoriza o Poder Executivo a constituir uma empresa vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de Sociedade por Ações, denominada de Paraná Desenvolvimento S/A, com capital social no valor de até R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME

DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/97, que objetiva acrescentar nova alínea ao Parágrafo Único do Art. 9º da Lei nº 1384/53, e autorizar a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a participar de empresas a serem constituídas sob a forma de Sociedade Anônima, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação as emendas.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeira questão que chamo a atenção, é que todas essas emendas são constitucionais. Elas não ferem nenhum artigo da Constituição.

Diz o Deputado Joel Coimbra, da C.C.J., que inconstitucional, é tudo aquilo que fere a Constituição e a vontade e o desejo do Governo.

Entendemos diferente. É inconstitucional se ferir a Constituição, e não o desejo de programa do Governo, como foi dito na C.C.J. pelo nobre Presidente daquela Comissão.

Essa emenda, se for analisada por cada um dos Deputados e por cada um até dos assessores, vai constatar que ela não está ferindo a Constituição Brasileira. Ela está simplesmente vindo de encontro a resguardar a COPEL e resguardar o que é público, porque essas emendas, a nossa leitura, todas elas entrando no mérito, eu quero aqui lembrar, entrando no mérito delas para fazer as defesas.

Quando, por ocasião do debate sobre a COPEL, neste Plenário, Atilano Oms Sobrinho disse o seguinte: "o patrimônio da COPEL é um grande patrimônio, mas imobilizado. Não há interesse do setor privado nesse tipo de patrimônio".

Ao atender a mensagem do Poder Executivo, vai fazer com que amplie o leque de atuação da COPEL, que isso, se for para o bem de uma estatal, nós

do PT defendemos e resguardamos a estatal e desejamos que cada vez mais ela cresça, principalmente a estatal do porte da COPEL, lucrativa, e uma estatal com capacidade reconhecida mundialmente.

Mas, o que deseja o Governo, é fazer com que todo aquele patrimônio imobilizado, seja um patrimônio no qual ele tenha alta rentabilidade. E o objetivo disso, nada mais é do que atender os anseios do setor privado, fazendo posteriormente a privatização da COPEL.

Essa é a questão de mérito que se coloca.

Quanto a constitucionalidade, não é inconstitucional. Quanto ao mérito, a nossa mensagem, a nossa emenda, visa resguardar os direitos da COPEL, todas as três que apresentamos, como empresa estatal, de capacidade e eficiente, e não uma empresa estatal que posteriormente se visa privatizar, e já sabemos para quem vai no setor de privatização.

Assim, pedimos o apoio a essas emendas.

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar)

Acho que o Estado do Paraná deveria estar mais atento para o que está acontecendo neste Governo.

Acho que esse projeto, é um projeto de extrema gravidade. Estamos permitindo à COPEL que seja sócia minoritária de empresas privadas. E é preciso que o povo do Paraná reflita sobre isso, inclusive que a COPEL faça consórcio de maneira minoritária com empresas privadas, e tentamos, minimamente, resguardar o interesse do povo e impedir a parcialidade do Governo em consórcio com empresas privadas e participação minoritária. É o mínimo que se pode exigir!

Mesmo assim, é uma coisa complicada. Vamos dar alguns exemplos:

- Se duas empresas privadas oferecem um convênio à COPEL, qual das duas a COPEL vai escolher? E com quais critérios ela vai escolher para se consorciar?

- Como é que podemos admitir que esses recursos públicos, que devem seguir cláusulas de impessoalidade e de publicidade, seja associados minoritariamente ao capital privado que não

tem nenhuma cláusula dessa para seguir?

Todo tipo de negociata e "mutreta" pode ser legalizado a partir dessa lei, não legitimado, porque acredito, inclusive, que essa lei é inconstitucional. E se aprovada nesta Casa, vamos buscar a justiça para impedir que o dinheiro público seja transformado em capital, associado aos interesses particulares, e sabemos, inclusive, de quem.

Sabemos que há um projeto de liderança nacional de Jaime Lerner, e para isso ele precisa transformar um grupo paranaense, num grande grupo econômico de dimensão nacional. Essa é a leitura que temos. E esse Grupo chama-se INEPAR, e todo mundo sabe disso!

Portanto, Senhores Deputados, a mínima coisa que temos a obrigação política, ética, de fazer, é dar um pouco de transparência à essa lei, que por si mesma já é um absurdo.

E se não tiver esse mínimo de transparência, aí não sei o que vai ser! Não sei como é que pode, ao final do século XX, chegarmos a um ponto em que todas as regras de publicidade, dinheiro público, estão caindo por terra, com o apoio do Legislativo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão. Rejeitada.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação as emendas.

Há parecer contrário. As três emendas podem, regimentalmente, ser votadas numa votação só.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Em função das emendas não constarem no anexo que constou na semana passada, que não teve, solicito a Vossa Excelência a leitura das emendas, e posteriormente gostaria de encaminhá-las.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Leitura das emendas.

"Ficam suprimidos os termos de telefonia celular da linha "E" do parágrafo único do Art. 9º da Lei nº 1374, de 10 de novembro de 1953". Luiz Claudio Romanelli".

Senhores Deputados que aprovam essa emenda, conservem-se como estão. **Rejeitada.**

Vai-se proceder a Verificação de Votação.

Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Nove Deputado a favor da emenda.

Senhores Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

Trinta e dois. **Rejeitada a emenda.**

Emenda do Deputado Péricles Mello.

"A participação da COPEL em consórcio previsto deste artigo, deverá ser previamente aprovado pela Assembleia Legislativa, caso a caso".

Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Nove Senhores Deputados aprovam a emenda.

Senhores Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

Trinta e dois Senhores Deputados rejeitam a emenda.

Emenda supressiva: "suprima-se o artigo 9º, aliena-se".

(Lê a emenda)

Senhores Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão. **Rejeitada.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a Verificação de Votação.

Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Oito Senhores Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

Trinta e dois Senhores Deputados rejeitam a emenda.

Rejeitada a emenda.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/97, que objetiva autorizar a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a adquirir a Companhia Força e Luz Coronel Vivida -

FORCEL, mantendo sua personalidade jurídica como subsidiária integral. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 119/97

P A R E C E R:

A emenda de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 119/97 que visa dotar a COPEL de autorização para aquisição da Companhia Força e Luz Coronel Vivida - FORCEL, devolveu a matéria a novo exame desta Comissão.

Objetiva a proposição acrescentar novo artigo e respectivo parágrafo único ao projeto de lei, determinando que a COPEL, após 15 dias da sanção da lei, encaminhe a esta Assembleia Legislativa, relatório demonstrativo da situação patrimonial da FORCEL, e o montante do desembolso para compra. Estabelece também a nulidade do ato ante a inobservância da condição imposta.

O processo de aquisição de uma concessionária de energia elétrica é extremamente complexo, sendo absolutamente impossível prever em que prazo ele seria concluído.

Com efeito, dados fidedignos sobre a situação econômico-financeira e patrimonial da FORCEL e o valor a ser proposto para sua aquisição só poderão ser conhecidos após criterioso levantamento e avaliação de todos os dados relevantes daquela concessionária, o que poderá requerer inclusive a contratação de auditoria externa.

O preço final de compra da FORCEL dependerá, ainda, de exaustivas negociações com seus proprietários.

Além disso, é absolutamente incerto se a transação chegará a ser concluída, uma vez que a COPEL terá de concorrer com grupos privados também interessados no negócio. Acresce que, mesmo que eventualmente não haja outros concorrentes à aquisição da FORCEL, a COPEL só se disporá a consumir a compra se o preço aceito pelos vendedores for compatível com a rentabilidade daquela empresa.

Assim, o pedido de autorização constante do Projeto 119/97, visa justamente permitir que a COPEL possa dar início ao processo de levantamento de informações. E como tal processo envolve providências que demandarão considerável esforço por parte dos técnicos da COPEL, com os ônus financeiros

e administrativos correspondentes, não se justifica empresarialmente iniciá-lo sem amparo em autorização legislativa.

Portanto, tendo em vista que a proposição governamental não pode ficar condicionada a prazos, devido a sua complexidade e amplitude das providências envolvidas, e principalmente considerando que não contraria qualquer disposição constitucional, legal ou regimental, e ainda, considerando que a emenda apresentada poderá vir a inviabilizar o objetivo visado na mensagem governamental, esta Comissão de Constituição e Justiça é de parecer contrário à aprovação da proposição em exame.

Sala das Comissões, em 19.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

Apoiamto: Carlos Simões, Basílio Zannusso, Walmor Trentini, José Maria Ferreira, Ademar Traiano, César Seleme, Doutor Rosinha (voto contrário) e Duílio Genari.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto, ressaltadas as emendas.

Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Há uma emenda com parecer contrário. (Lê).

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Novamente, quanto à constitucionalidade, esta emenda não é inconstitucional. Ela foi considerada, por contrariar o desejo governamental e não por contrariar a lei ou a Constituição.

O que a nossa bancada deseja, é deixar bem claro, Senhores Deputados, estamos autorizando a COPEL a comprar a FORCEL - Companhia Força e Luz de Coronel Vivida.

No projeto enviado a esta Casa, na mensagem enviada não diz qual o montante que a COPEL desembolsará, não diz qual o passivo e o ativo da FORCEL, portanto, não sabemos se a COPEL está entrando para salvar uma empresa falida, ou se é uma empresa com capacidade, com viabilidade que está sendo absorvida.

Na Comissão de Constituição e Justiça, em nome do PT, pedimos para

discutir este projeto, e pedimos para que o Governo respondesse qual era o passivo e o ativo da empresa, e o montante a ser desembolsado. Foi nos negado na C.C.J., sob a alegação de urgência, sem observar que esta urgência pode ou não dar prejuízo ao Estado do Paraná, sem ter nenhuma observação no sentido de como é que está o comportamento da vida financeira daquela empresa.

Para resguardar este Parlamento, e resguardar a COPEL, apresentamos esta emenda, na qual estabelece que o Governo tem que enviar a esta Casa, após sancionada a lei, qual é o passivo e o ativo da empresa, e quanto está pagando.

É importante, chamamos a atenção, na hora de querer jogá-la para a privatização, aquilo que dá lucro privatiza, e quem diz que a FORCEL não dá prejuízo, para estatizá-la? Esta é a leitura que podemos fazer.

Senhores Deputados, ou esta Casa mantém a mínima independência em relação ao Governo do Estado, mantém a mínima coerência na defesa do erário público, mantém a mínima de querer desejar o conhecimento do que anda acontecendo, do que anda se pagando de uma empresa, ou não tem razão de existir este Parlamento. Se for para ficar abrindo mão de toda e qualquer questão importante como esta que estamos autorizando a compra da FORCEL, a única coisa que estamos dizendo, é que envie, pelo menos depois, já que não nos deu os esclarecimentos antes, porque parece que debater a questão do erário público, exigir a questão da transparência nos negócios públicos neste Governo, parece que é impossível, porque é pecado ou porque talvez esteja descobrindo qualquer ato que por ventura seja imoral. Só pode ser neste sentido que não se aprova este tipo de emenda, caso ela venha a ser derrotada.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - O projeto de lei que ora estamos aprovando, é só autorizando a COPEL, se num momento oportuno a FORCEL for colocada a venda, que a COPEL esteja autorizada a compra da FORCEL. É claro que no momento em que for colocada à venda, e ela tendo esta autorização, serão feitos todos os estudos para se comprar a FORCEL, para que não aconteça como aconteceu no caso de Guarapuava, que por falta de

autorização, perdemos a usina que fornece energia para Guarapuava, para empresas de outros Estados, ou estrangeiras.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Queria dizer que esses estudos certamente devem ser os mesmos que nortearam o Governo do Estado para comprar a empresa Renault, da Bélgica. Mas, na verdade, é o seguinte: esta empresa, teve o privilégio de ajudar muito o Município de Coronel Vivida e sei que esta empresa é uma empresa deficitária. Não é de hoje que querem vender a empresa. A empresa, inclusive, presta um péssimo serviço à população de Coronel Vivida. Por isso, acho que a emenda é extremamente positiva, porque temos que nos acautelar, porque da mesma forma que no Governo do Estado temos pessoas que agem de boa fé, agem corretamente, sabemos que tem muito pilantra que pode estar por trás desta negociata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda.

(Pausa)

Rejeitada.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Mesa defere, e fará a Verificação de Votação.

(Pausa)

Quinze aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

(Pausa)

Vinte e cinco.

Rejeitada a emenda.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (Pela Ordem) - Peço a palavra para justificar o meu voto, Senhor Presidente.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/97, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.957.151,00 (hum milhão, novecentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais), ao vigente orçamento da SUDERHSA - Superintendência do desenvolvimento de Recursos

Hídricos e Saneamento Ambiental, entidade vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/96, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza a realização de plebiscito na área de terras que especifica, para a sua incorporação ao Município de Diamante do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/97, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Kosmos - AMAJAKO, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 13/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ricardo Chab, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Kosmos, em Curitiba.

Chamada esta Comissão a analisar o aspecto legal, constitucional e regimental, e por estar de acordo com a Lei 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Moradores da Vila Araguaia, com sede e foro nesta cidade. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 19/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado César Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Araguaia, de Curitiba.

Sob o aspecto legal, regimental e constitucional, e por estar de acordo com a Lei 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Fundação Vale do Paranapanema - FUNVAPAR, com sede e foro no Município de Colorado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J... **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 038/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública estadual, a Fundação Vale do Paranapanema - FUNVAPAR, com sede e foro no Município de Colorado, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.97.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido que a entidade tem como finalidade a criação e manutenção de unidades educacionais, hospitalares, ambulatoriais e de lazer, visando sempre a promoção integral da comunidade, para atender trabalhadores rurais e seus dependentes.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 38/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Vale do Paranapanema, com sede e foro em Colorado.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa

obstar sua normal tramitação, pois está de acordo com a Lei 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1095, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tu-reck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1099, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1100, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimentos nºs 1102 e 1141 a 1143, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1103 a 1105 e 1149 a 1159, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1106 a 1109, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1111, 1112 e 1161, de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1113 e 1114, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessutti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1115 a 1129, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1130, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1131, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1132 a 1135, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1144, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1146, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1162, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1163, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1165 a 1167, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Rejeitados.**

Requerimento nº 1168, de autoria dos Srs. Deputado Péricles Mello, Ângelo Vanhoni e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimento nº 1136, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, acredito que o ilustre Deputado Romanelli está equivocado no encaminhamento do requerimento.

Ele poderia encaminhar este requerimento ao Presidente da Associação dos Municípios do Paraná. Agora, querer informações do Chefe da Casa Civil, de um abaixo-assinado feito pelos Srs. Prefeitos do Paraná, acredito que é desinformação ou má-fé.

Por isso, nos posicionamos contra a aprovação deste requerimento, porque ele nem cabe dentro do momento em que estamos, aqui, votando esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos substituir má-fé por outra expressão que não seja assim um tanto ofensiva.

Para encaminhar, o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, creio o seguinte: o Governo do Estado do Paraná, através da sua Secretaria de Comunicação, Secretaria esta que

deteve no ano passado cento e cinco milhões de verbas publicitárias, divulgou uma nota que foi distribuída para todos os jornais, rádios, matéria de televisão, em que o Governo afirmava que trezentos e noventa e sete prefeitos haviam assinado um apelo, e na verdade, o que é que acontece, falei, Senhor Presidente, pelo menos com 10 prefeitos, e os mesmos disseram "não, não assinamos rigorosamente nada".

Então, o que ocorre? Estou desafiando a Casa Civil da Governadoria, que é o órgão que deveria, pelo menos deve - até porque respeito muito o Chefe da Casa Civil, o Dr. Giovanni Gionédís - deveria ter a lista com a cópia dos manifestos que foram assinados.

Então, o que estou afirmando, Senhor Presidente, que é uma inverdade o manifesto que o Governo alega possuir. O Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, o Prefeito José do Carmo Garcia, não tem nenhuma lista com 397 assinaturas. Aliás, não tem lista alguma.

Então, o Líder do Governo aqui nesta Casa, o Deputado Valdir Rossoni, que apresente a lista, se ele acha que de fato ela existe. Já que Vossa Excelência não tem a lista, Deputado Valdir Rossoni, que vá atrás de quem tem. Ou então a Casa Civil, ou a Secretaria de Comunicação Social divulgaram uma notícia que era inverídica. Será que era isso? Desafio o Governo a apresentar a lista, ou quero ser desmentido aqui.

Muito obrigado, Excelência, pela deferência!

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, o Deputado Romanelli deve ter achado esses 10 prefeitos, deve ser aqueles mesmos que tinham temor dele quando ele era Governo.

Mas, vamos votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Surgiu ao Deputado Romanelli e ao Deputado Rossoni, que proceda a leitura ao dicionário do Caldas Aulet. Em vez de dizer essas bobagens, o Deputado Ângelo Vanhoni vai assessorá-los.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Com o maior prazer, porque são dois grandes Deputados.

Sinto que o ânimo está um pouco nervoso entre os dois, e proponho al-

guns termos que possam ser melhor palatáveis aqui no Plenário entre os dois.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Obrigado, Deputado!

Os Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Romanelli, conservem-se como estão. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a Verificação de Votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Oito Senhores Deputados aprovam.

Trinta e dois Senhores Deputados rejeitam.

O Requerimento do Deputado Romanelli está **rejeitado**.

Requerimento nº 1090, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Irineu Colombo, Doutor Rosinha e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

Tenho impressão que esse Requerimento não é da nossa competência.

Se Suas Excelências quiserem manter o Requerimento?

Quem está requerendo é a Bancada do PT.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) -

Vossa Excelência disse que se fosse para o afastamento do Governador, seria possível. Se o Senhor quiser fazer a redação, mantemos o afastamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com o Presidente da República não temos ingerência nenhuma, em todo o caso.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse Requerimento visa uma manifestação política desta Casa, não é uma manifestação administrativa, porque não nos cabe.

Recentemente, a imprensa nacional, mais especificamente a "Folha de São Paulo", tem divulgado a questão do comércio, compra e venda de votos para a votação da reeleição. Fato este já comprovado, uma vez que o próprio PFL já expulsou dois de seus Deputados Fe-

derais, porque eles acreditaram na denúncia, acreditaram na fita que é verdadeira, feita a perícia.

Então, esta sugere não é o afastamento definitivo, mas temporário, como é feito com qualquer servidor público quando é submetido a qualquer tipo de sindicância, como é feito ou como foi feito pelo Ministro Haergraves no Governo Itamar Franco, quando ele foi afastado para que fosse apurada na CPI quando foi citado para que pudesse ter isenção de apuração.

O Ministro Sérgio Motta foi citado como alguém que contribuiu com a negociação com a compra de votos com o comércio de votos.

Então, uma recomendação política pela moralidade, no sentido de que tudo seja apurado sem a interferência do Ministro, e para apurar isso, só é possível com uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que esta Casa já votou esse pedido, inclusive na semana passada.

É necessário que o debate sobre reeleição se dê esse ato, com a questão da isenção e com a questão da moralidade. Está hoje, dentro de um véu, de uma penumbra de que algo irregular, de que ela foi obtida através de ações nada honestas, que é a compra de votos.

Então, o nosso requerimento é um ato político, e pedimos a manifestação desta Casa, como um ato político e não administrativo, que sabemos que não cabe.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (Para Encaminhar) - Tenho o prazer de ser amigo pessoal de Vossa Excelência, e aprendi alguma coisa com Vossa Excelência. Que cada votação aqui na Casa é um ato político, e não posso, o PL não pode, sob pena de ler jornal e dizer que estão querendo cassar Deputado do PT.

Então, um voto de repúdio já ao Deputado do PT, ao Deputado do PFL, ao Ministro. Ministro não é servidor público. Ele não obedece a legislação do servidor público, meu caro Deputado Rosinha.

Tenho que me manifestar, Senhor Presidente, a favor do Ministro da República que nomeou inclusive o homem que é oposição ao Governo na TELEPAR. Não consigo entender. Agora, vai acusar o Deputado Rosinha, que não é um médico competente, por exemplo, já va-

mos cassar o Rosinha porque acredita no "band aid", que ele resolve tudo, acho uma barbaridade.

Votei várias emendas com a oposição aqui, votei várias com o Governo, sem ter sido consultado, e não peço para ser consultado. O PL sabe o que faz e não vai contra a reeleição, porque a reeleição não é de Fernando Henrique Cardoso, a reeleição é do Brasil que precisa. Se Fernando Henrique Cardoso vai ganhar do Lula, vai perder do Lula, é outro problema.

Senhor Presidente, aproveito o momento para dizer que estou encaminhando à Mesa um requerimento convidando o Governador do Estado, o Senador Osmar Dias e o Senador Roberto Requião de Mello e Silva para vir a esta Casa e esclarecer ao poder político do Paraná o que há com a Renault, e o que é que há com a sanidade do Senador Roberto Requião. Vamos parar com essa conversa toda de que cassa esse e cassa aquele. A minha posição é esta, posso ser cassado em outubro do ano que vem. Até lá, vamos ter que agüentar.

Obrigado!

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiro requerimento apresentado do Deputado Florisvaldo Fier não cabe a nós Deputados estaduais fazermos julgamentos prévios com relação ao Ministro Sérgio Motta. Mas, na verdade, o que ele quer criar, é um fato político. Não há nada que comprove o envolvimento do Ministro Sérgio Motta com relação à compra de votos. Quando se falava da abertura de uma CPI, nós da Bancada do PSDB votamos favorável a abertura dessa CPI.

Peço aos Deputados que votem contrários ao requerimento, e faço sugestão, se o Deputado Florisvaldo Fier quer agir com coerência, como agimos quando fomos favoráveis à abertura da CPI, ele que peça o afastamento do presidente de honra do partido, o Lula, e do presidente do partido, Deputado José Dirceu, porque há acusações de um membro do PT contra essas duas pessoas.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Respeito o posicionamento do Deputado Rosinha, como respeito o posiciona-

mento do Deputado Horácio Rodrigues e Cezar Silvestri.

Acho que não podemos confundir Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa, Câmara Federal e Senado Federal. O que é pertinente à Câmara Municipal, se faz numa Câmara Municipal. O que é pertinente à Assembleia Legislativa, se faz numa Assembleia Legislativa. O que é pertinente à Câmara Federal, em Brasília, se faz na Câmara Federal em Brasília. O que é pertinente ao Senado Federal, se faz no Senado Federal.

Agora, concordo com o Deputado Horácio. As armações políticas são fantásticas. Ontem, ouvi no Jornal Nacional, na Rede Globo, na Rede Record de televisão, na Bandeirantes, no SBT, denúncias gravíssimas contra um Deputado que respeito, que é o Deputado José Dirceu, contra o Lula. Tenho que ter respeito por ele, porque afinal de contas ele demonstrou que teve capacidade, não se acovardou, representou a oposição neste País, não é covarde, disputou duas eleições neste País. Perdeu, mas perdeu com a cabeça erguida e com um posicionamento sereno, progressista.

Não posso conceber que por um cidadão que pertenceu ao PT, se afasta do PT, denuncia o ex-Deputado José Dirceu, que foi um Deputado gabaritado no Congresso Federal! Denunciar é uma coisa. Provar é outra. Falam e, Serjão na fita. Prove-se. Não somos nós, Deputados estaduais que vamos dizer se o Ministro das Comunicações é ou não é culpado. Não sou eu do PSDB. Não sou eu que deveria estar aqui falando em nome do PSDB, mas não posso permitir que esta Casa aprove. Não posso, não.

Gostaria de pedir, com respeito, ao Deputado Rosinha, que deixasse esse requerimento ser aprovado. Se eles tiverem coragem, que seja aprovado na Câmara Federal. Se eles têm coragem, aprovem no Senado da República. Ele é Ministro das Comunicações. Ele não é Secretário das Comunicações do Estado do Paraná. Prove-se! Prove-se! Se é culpado, penitenciária nele! Se é inocente, que ele processe aqueles que o caluniaram!

Não posso admitir que julguem covardemente o ex-Deputado José Dirceu, como disse o Deputado Cezar Silvestri, que o Deputado José Dirceu foi um Deputado de peso, de caráter, de hombridade.

dade dentro do Congresso Federal. Não podemos permitir isso.

Problema do estadista, do político José Dirceu, é lá. Mas tem que se provar! Quanto ao Ministro das Comunicações, tem que se provar. Até que se prove, ele é inocente! E isto não é problema desta Assembléia. Isto é problema dos Deputados Federais e do Senado da República!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Creio que tanto o Deputado Silvestri, o Deputado Rosinha, o Deputado Horácio e bem posto, agora, pelo Deputado Alborghetti, acho que há um sentimento nesta Casa. Primeiro, não podemos ficar aqui, votando moções que na verdade, são rigorosamente despropositadas em relação à absoluta função que esta Casa tem. Rigorosamente não podemos aprovar uma moção para derrubar o "Serjão", lá em Brasília. Isso é de competência do Presidente da República que deve definir quem é Ministro eu, e fundamentalmente, se o Ministro praticou algum ato que tenha envolvido a compra de votos da reeleição - e fez isso, me parece, sem licitação, e aí é muito ruim, porque o preço acaba saindo muito alto.

Queria dizer aos companheiros da Bancada do PSDB, que vou votar contra o requerimento. Acho que o Ministro Sérgio Motta é um Ministro honrado, que merece o respeito dos paranaenses. É alguém, inclusive, que teve muito peito de vir aqui, no Paraná, e apoiou o ex-Governador Álvaro Dias, para que ele continuasse chefe político do PSDB. Reconhecidamente, a oposição tem, no Ministro "Serjão", um homem que em janeiro, aí, vamos ser francos, uma canelada forte no Governador Jaime Lerner.

Então, temos que responder ao Ministro "Serjão", neste momento, quero dizer que a Bancada do PMDB está solidária ao Ministro Sérgio Motta, como também está, Senhor Presidente, e como fiquei indignado, ontem, ao ver aquele pau mandado lá de São Paulo, acusar uma grande liderança, como é o Luiz Inácio Lula da Silva. Que é um homem honrado, é alguém que está inscrito na história do Brasil, e que não pode ser

submetido à execração pública por um pau mandado, que certamente, está cumprindo os interesses do malufismo.

Por isso, quero dizer à Bancada do PSDB que estou solidário ao Ministro "Serjão" e vou votar contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, queremos colocar o posicionamento do Governador Jaime Lerner. Nós, apesar de não podermos fazer o mesmo discurso do Deputado Romanelli da nomeação do nosso adversário - Álvaro Dias, na TELEPAR, somos acostumados no Governo Jaime Lerner não falar fácil. Ter responsabilidade do que falamos e do que fazemos.

Por isso, nos posicionamos contra esse requerimento. Porque não é possível que se haja publicamente como se está agindo, até em programas eleitorais, como agiram ontem à noite.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Assisti este debate hoje, aqui, e acabei fazendo uma reflexão a esse respeito.

Se é verdade, o requerimento que estamos apresentando, pode até transparecer, não tem como objetivo incriminar o Ministro das Comunicações Sérgio Motta. Mas, se é verdade que dois Deputados Federais renunciaram o mandato, que a Comissão de Sindicância apontou que os outros três envolvidos numa gravação telefônica, vão passar por um processo de cassação e nessa gravação telefônica citam dois governadores e um ministro, seja ele de qual partido for, tenho aqui na Bancada do PSDB companheiros de primeira linha no trabalho legislativo do Estado do Paraná. Mas, sejam de quais partidos forem.

Mas, há uma acusação grave que paira sobre uma questão importante para nós. Não foi a votação de um projeto para a concessão de uma privatização ou não, foi a transformação de uma lei que é a maior lei que tem no Estado brasileiro, que é a Constituição Federal.

Acho que não cabe outro posicionamento por parte do Governo Federal, a não ser exigir a apuração dessa denúncia até as últimas consequências. Seja o "Serjão" comprovada a sua cumplicidade ao caso ou não, mas tem que ser averiguado, não pode ficar assim. Porque senão vamos estar validando uma prática, se isso não acontecer, se não for apurado, o sentimento de impunidade que já paira na sociedade brasileira, em relação às questões menores, como um simples crime, um simples arrombamento de uma casa, ou enfim, a uma violência a qualquer cidadão no meio da rua.

Quer dizer, nesse momento, o Congresso Nacional, quando é flagrado no seu âmago, lá na sua entranha, por um problema desta gravidade, e não toma as atitudes, o Governo Federal, acho que neste momento o Presidente da República deveria, até para preservar a figura de seu governo, e a figura do próprio Ministro, solicitar que temporariamente o Ministro deixasse a pasta, para que as investigações tivessem a maior tranquilidade para poder ser exercida, porque ele é implicado no processo, há uma acusação, e não é uma acusação de "parecer ser". Tanto é que não é de "parecer ser", que tem dois Deputados que já renunciaram ao mandato, e o próprio Presidente do PFL, Luiz Eduardo Magalhães, na reunião da Executiva, perguntou a todos os membros se alguém desconfiava de que os Deputados realmente não receberam o dinheiro.

É claro que parece que pelas informações que os congressistas lá do Congresso Nacional têm, é de que houve, realmente, uma compra de votos na votação da emenda da reeleição.

Não quero discutir o mérito da reeleição. Se ela é importante, ou não é importante; se ela é válida ou não é válida para o País, para o aperfeiçoamento da democracia nesse momento.

Mas houve um fato grave. A mudança da Constituição do nosso País está manchada por uma compra de votos de congressistas, com alusão a dois Governadores e a um Ministro importante do Governo Federal. Não é qualquer Ministro. É um Ministro que tem mais acesso ao Presidente da República.

Então, o nosso objetivo de fazer esse requerimento, é no sentido, primeiro, de que a Assembléia Legislativa não vá interferir no Congresso Nacio-

nal. Mas somos cidadãos de certa maneira privilegiados, porque temos um mandato parlamentar, temos uma representação popular. Representamos uma instância de poder que deve afirmar a democracia, a lisura, a transparência e a honestidade nos negócios públicos.

Então, é por isso que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem o dever de se manifestar em relação a algo que diz interesse não aos Deputados de Brasília, mas a todos os brasileiros, Senhor Presidente.

E gostaria de fazer uma reflexão rápida, acho que temos tempo para trabalhar sobre isso amanhã, e nos dias que vierem, daqui para a frente, a respeito da denúncia em relação a membros do Partido dos Trabalhadores como foi o Lula, e como é o José Dirceu. Acho que o Deputado Alborghetti e outros Deputados têm toda razão. Não é porque nós, do PT, porque uma figura como o Lula, figura maior do nosso partido, está sendo acusado de participar do processo de intermediação de verba, de pressão, para a contratação de uma firma de consultoria nas Prefeituras do Estado de São Paulo, e de que estivéssemos acobertando qualquer irregularidade. Não é por causa disso que o Partido dos Trabalhadores vai deixar de cobrar os procedimentos que julga importante para o aperfeiçoamento da sociedade brasileira.

Vamos exigir toda a apuração, a mais rigorosa possível, e se tiver realmente a comprovação de que algum representante do Partido esteja conivente ou participando de qualquer irregularidade, deste tipo de irregularidade, seremos os primeiros a puni-los com a expulsão do nosso partido.

Quero deixar aqui a minha impressão, porque nós do PT, Senhor Presidente, estamos acostumados, em momentos cruciais da vida brasileira, nesses últimos 15 anos de existência do nosso partido, estamos acostumados, em momentos ímpares da história, de sermos vítimas de calúnias profundas em relação ao nosso partido.

Me lembra muito o fato, quero que não seja isso, e quero que também não seja a verdade dessas acusações, que seja uma outra coisa.

Mas, lembro-me muito bem, quando o PT disputando a eleição presidencial, um homem de uma figura importante na sociedade brasileira foi seqüestrado, e a Polícia Federal do Estado bra-

sileiro encontrou os sequestradores, aprisionou os sequestradores, e apresentou-os à opinião pública brasileira, vestindo a camiseta do PT.

Caso do "Lubeca", outro caso também parecido, quando a Erundina administrava a cidade mais importante da América do Sul, que é a Cidade de São Paulo, onde o PT também foi vítima de uma calúnia monstruosa, manchando a administração do nosso partido, naquela cidade.

Espero que não seja isso do Paulo de Tarso, e também espero, e vou tentar, dentro do meu partido, junto com a nossa bancada, já mandamos correspondência para o Diretório Nacional, para que se apure com transparência para a sociedade, que se chame promotor público, que se chame o Ministério Público, que se chame os organismos da sociedade, para acompanharem essas investigações que faremos no interior do nosso partido, em relação as denúncias veiculadas pela televisão, por parte deste membro do nosso partido, que é o Paulo de Tarso.

Senhores Deputados, não é em função de um erro que o nosso partido possa cometer, do ponto de vista da transparência da sua honestidade, que vamos acobertar e que vamos permitir que outras ilegalidades e desonestidades aconteçam na esfera pública do nosso país.

Tenho a impressão de que não é isso que deseja o Deputado Cezar Silvestri, que não é isso que deseja o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que em função de um mal menor ou de um mal que esteja acontecendo conosco, um erro que possa estar acontecendo conosco, que fechamos os olhos para os erros que estão acontecendo na administração pública do nosso país.

Espero que os Senhores Deputados comunguem conosco, de que tanto os votos comprados do Congresso Nacional, tenham que ser apurados até as últimas consequências, como também as denúncias em relação a possibilidade do PT

o Banco do Estado do Paraná já tem uma definição, já tem um julgamento de que o Banco, como um todo, a sua diretoria, o seu corpo funcional, participou de uma forma irregular, dando possibilidades, que pensamos que o Banco todo e a sua diretoria, procedeu essa irregularidade.

ter participado de qualquer irregularidade.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. **Rejeitado.**

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, inscrito.

O SR. ÂNGELO VANHONI - O Deputado Valdir Rossoni fez uma alusão ao programa de televisão do Partido dos Trabalhadores, que veiculou, em rede estadual, no dia de ontem.

Acho que o Deputado Valdir Rossoni pode ter algumas razões em relação a muitas coisas. Podemos discutir isso, mas particularmente, gostaria de fazer um testemunho e manifestar uma certa contrariedade em relação ao que foi veiculado ontem em nome do nosso partido.

Em relação ao Banco do Estado do Paraná, todos os Senhores Deputados sabem do meu posicionamento, do meu procedimento ao longo desses últimos quatro meses aqui na Assembleia Legislativa. Em momento nenhum afirmei que o Banco do Estado do Paraná estivesse, realmente, comprometido, do ponto de vista de corrupção, de roubo, da esfera pública. Tenho suspeitas e tenho legitimidade para ter suspeitas de que profundas irregularidades aconteceram no Banco do Estado.

O nosso posicionamento é publicamente exposto para a sociedade, foi que era necessário se averiguar até as últimas consequências o que aconteceu com o Banco do Estado em relação aos precatórios.

Acho que da forma como o nosso partido apresentou essa situação para o povo do Estado do Paraná, parece que

Tenho certeza de que não foi assim. Tenho certeza, também, que setores da diretoria do Banco têm responsabilidade, ainda não tenho um convencimento sobre tudo o que aconteceu, e infelizmente essa Assembleia não constituiu uma CPI para averiguar as responsabilidades sobre o que aconteceu no Banco do Estado.

Então, acho que, Deputado Valdir Rossoni, em relação a esse aspecto, pode ter razão. Agora, em relação aos outros aspectos, são fatos notórios de que o Governo do Estado do Paraná tem drenado dinheiro para beneficiar as montadoras, não tem investido recursos para as micro e pequenas empresas, tem gastado uma fábula de recursos na comunicação social, 105 milhões no ano que vem, tem desamparado o resto do Estado do Paraná, tem, de certa maneira, favorecido a empresa INEPAR, como ficou bem provado com a falta de licitação na subestação da COPEL, isto é notório, é público, não temos do que abordar de diferente, e as palavras do vice-Prefeito são fidedignas, tanto é que o vice-Prefeito confirmou-as todas no rádio, hoje, não nos autorizou a veiculá-las pela televisão, mas confirmou-as todas hoje, em depoimento no seu programa de rádio e televisão, de que há uma certa inoperância do Governo do Estado do Paraná em relação às

políticas públicas e às necessidades do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 178 e 180/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 013, 019 e 038/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 022, 088 e 099/97.

Levanta-se a sessão.